

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Comunicação e Expressão
Curso de Comunicação Social – Jornalismo
Trabalho de Conclusão de Curso – 97-2
Aluna: Laura Tuyama
Professora Orientadora: Sonia Maluf

Mulheres Brasileiras, Mulheres do Mundo

**aventuras e desventuras das
garotas de programa nas noites européias**

Agradecimentos

Ao Dauro, companheiro de viagem. A Nilza, Augusto, Sônia, Carlos e Ana, pela nossa história juntos. A Alois Sigrist, por ter despertado a curiosidade pelo assunto. A Alberto Köhler, pela ajuda valiosa e inestimável. A Nathan e Vivian, pela força. A todas as entrevistadas, que abriram as casas e os corações para falar sobre suas experiências.

A partida

A escolha

O medo maior nem era o de andar de avião. Menos ainda o de mudar radicalmente de vida, de estilista desempregada para prostituta, coisa que até pouco tempo condenava. Não era nada irracional, moral, nem filosófico. Era um problema prático mesmo. O medo era de chegar no aeroporto e não encontrar Marisa. Não fazia muito tempo estiveram juntas planejando aquele momento. Paula chegaria em Zurique, Suíça, e seria esperada pela amiga, que a levaria para seu apartamento em Salzburgo, na Áustria. Lá, Paula ficaria até ajeitar suas coisas para começar a trabalhar.

Agora era encarar o desembarque, a alfândega e o medo de ser barrada. O primeiro alívio foi passar pela barreira, ser aceita no país, entrar no primeiro mundo. Só faltava encontrar Marisa. A porta se abre para o saguão, direto para uma aglomeração de pessoas, que estavam lá esperando. Os olhos de Paula correm rapidamente, assustados, em busca do rosto conhecido. Ao mesmo tempo, a vergonha de ser observada com aquele ar de abandono.

Paula vai se afastando do portão, fazendo mil perguntas na cabeça. Será que o marido de Marisa deu o recado certo? Ou melhor, será que ele entendeu o recado? A esperança começava a desmoronar e o medo tomava conta. Olhava ao redor e não via sinais de ajuda. Até os detalhes estavam ficando cada vez mais evidentes: placas em inglês, alemão e francês. Os avisos sonoros naquelas línguas incompreensíveis. Procurava nos rostos das pessoas algo de familiar, de brasileiro. Mas o que via era estrangeiro e, de certa forma, hostil.

Depois de cinco horas naquele aeroporto, as perguntas já eram outras. Nada de Marisa, nada de seu telefone atender. Já tinha em mente voltar no primeiro avião que pudesse. O dinheiro não ia dar pra nada. A preocupação agora era escolher um lugar para ir, um hotel, descobrir qual era o câmbio, quanto custa o táxi. Paula trocou alguns dólares, escolheu um hotel no centro da cidade. Escreveu o nome num papelzinho e quando ia mostrá-lo para o motorista de um táxi, "Paula! Paula! Onde é que você está indo?", a voz familiar, o alívio, o sorriso. Tudo ia dar certo.

Isso aconteceu em 1991, quando Paula tinha 25 anos. Não foi a única vez em que ela sentiu medo e tampouco foi o momento mais difícil em sua vida na

Europa. O começo e o fim de sua trajetória na noite também não foram fáceis. Seu primeiro desafio foi ainda no Brasil, na hora de decidir a mudança: vencer o preconceito contra a profissão de prostituta. “Toda a vida acreditei que uma pessoa sempre tinha muitas opções para ganhar dinheiro e que ninguém precisava recorrer à prostituição”, lembra Paula, anos mais tarde.

Mas a situação que vivia antes de ir não estava fácil. Depois de se formar em estilismo no Rio de Janeiro, abriu uma fábrica de roupas. Não passou seis meses, estava quase indo à falência. Ao se reencontrar com a amiga, que estava na Europa há quatro anos, ficou tentada: se fosse trabalhar lá, em apenas dois anos Paula teria dinheiro para dar uma virada em sua vida.

Dinheiro e algo mais

Além do dinheiro, há outra razão que parece amenizar a crise moral de quem decide se tornar prostituta. A escolha do exterior, e não do Brasil, para isso significa também uma espécie de libertação. Numa mudança, tudo é permitido, a pessoa pode ser o que quiser, pois não possui referencial nenhum no novo lugar. Longe dos olhos familiares, do próprio preconceito em relação à prostituição no Brasil, exercer a profissão na Europa parece ter ares mais indulgentes, um certo *glamour* e se apresenta como uma forma alternativa de ganhar dinheiro, apenas isso.

Alemanha, Holanda, Bélgica, Áustria, Itália, Suíça e Espanha são os principais destinos. Brasileiras, tailandesas, dominicanas, peruanas, nigerianas e, mais recentemente, as européias do leste, como russas, tchecas, húngaras e polonesas, formam grande parte da população de prostitutas naqueles países.

Carimbar o passaporte para a Europa ocidental corresponde à expectativa de ganhar alguns dólares por mês. Paula diz que o mínimo que se ganha é 5 mil. É de encher os olhos das mulheres de países onde há muita pobreza. Elas

encontram na prostituição uma forma de ter acesso ao consumo, manter a família nos países de origem, viajar, conhecer outros países e, sobretudo, um caminho para a ascensão social. Algumas conseguem realizar o sonho. Outras ficam nas mãos de exploradores. Mas quem vai sempre aposta na sorte.

A migração autônoma de mulheres com o propósito de prostituição não é nada recente. Para o historiador inglês Emmet Murphy, autor do livro "História dos Grandes Bordéis do Mundo", esse movimento remonta, pelo menos, às cruzadas da Idade Média, quando prostitutas montavam bordéis ambulantes para acompanhar os cavaleiros.

E se for levada em conta a venda de mulheres como escravas para serviços sexuais, os registros históricos são mais antigos ainda. Relatos do historiador grego Heródoto, do século V a.C., sobre a Babilônia, dão conta que, à medida que o império babilônio se expandia, aumentava o número de mulheres pertencentes às tribos dominadas disponíveis para fins comerciais, relata Murphy. Era um verdadeiro mercado de escravas.

Na entrada do Século XXI, dois fatos parecem ter parado no tempo. Um deles é ainda a situação vulnerável da mulher diante de crimes como a escravidão para a prostituição. Em todo o mundo, são organizadas campanhas contra o tráfico de mulheres, porém, o resultado é ínfimo em comparação com a frequência com que esses crimes vêm ocorrendo. O Parlamento Europeu indica que, por ano, aproximadamente 500 mil mulheres são vítimas do tráfico.

A outra visão, mais antiga ainda que as cruzadas, é a atitude ambígua em relação às prostitutas. Na Ásia Ocidental, em 1.200 a.C., as prostitutas semitas, chamadas *zonabs*, "não tinham permissão para exercer seu ofício dentro dos limites das cidades, sendo obrigadas a trabalhar em tendas precárias", diz Murphy. Hoje, países como a Áustria ao mesmo tempo em que proíbem a prostituição de mulheres estrangeiras mantêm uma política de tolerância.

Uma coisa que persiste no tempo é o preconceito e a discriminação em relação à mulher. Ela continua sendo responsável pelo 'crime' ou por tudo que de mal possa lhe ocorrer. A respeito do homem que usufrui dos serviços dessas mulheres, pouco se sabe.

Se a discussão for ampliada para a situação da mulher, de um modo geral, conclui-se que toda sua história foi marcada pela marginalização. Ainda hoje, mesmo depois da queima de sutiãs pelas feministas e com inegáveis avanços, há muito o que conquistar. Um exemplo é em relação ao salário: mesmo trabalhando em funções semelhantes, as mulheres quase sempre recebem menos do que os homens. Isso acontece em lugares tão diferentes quanto a Suíça, Brasil e Japão. Os trabalhos femininos, geralmente, são menos valorizados do que os masculinos. No Brasil, de acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, feito pela ONU (Organização das Nações Unidas), o salário das mulheres equivale, em média, a 63% do salário dos homens. Há estudos que indicam também que, para cada dez pessoas abaixo da linha de pobreza, sete são mulheres. Para algumas delas, a solução parece simples e tentadora.

*Respostas
sua fundamen-
tor o
Foto. Down!*

Ir ou ficar?

Qualquer que fosse a escolha, seria uma decisão radical para Paula. Diante da ameaça de desemprego, de ter que voltar para a casa da mãe, sujeitar-se a ganhar um salário baixo para se sustentar e à sua filha, que na época tinha oito anos, Paula optou por ir. Deixou a menina com a avó, que não sabia qual seria seu verdadeiro trabalho. Embarcou nessa aventura. Não foi a primeira e nem a última.

Há uma verdadeira névoa quando se trata de estatísticas de migração. Mais ainda quando o propósito é a prostituição. De um lado, a Europa, mesmo sendo o principal destino das mulheres, conta com poucos estudos sobre o assunto. De outro, o Brasil não tem dados sobre o número de brasileiras que estão na Europa

trabalhando como prostitutas. Situação previsível, dada a peculiaridade deste tipo de estatística. O que se sabe é que nas comunidades brasileiras, o número de mulheres é maior do que o de homens. Além disso, segundo informações do Itamaraty, a maioria delas ^é casada com cidadãos do país onde passou a viver.

Mas em relação à migração de mulheres que querem se prostituir, há muita controvérsia e alguns indícios. Uma das controvérsias é se existe alguma ligação entre esse fato e o crime de tráfico de mulheres. Na essência dessa questão está ainda uma discussão polêmica: a prostituição seria um desvio moral ou uma profissão qualquer?

Como objeto dos conceitos e das discussões jurídicas e morais, estão as pessoas. Pessoas que têm sonhos, perspectivas, ambições, decepções e, por que não, encontram a felicidade. Algumas delas são ou correm o risco de ser exploradas pelo crime organizado. São os que lucram com todas as controvérsias da sociedade e da lei.

Quanto aos indícios, um é de que a migração de mulheres com o propósito de prostituição na Europa Ocidental cresceu muito a partir da década de 80. Nessa mesma época, a Tailândia passa a ser conhecida como o reduto do turismo sexual. Europeus, norte-americanos e asiáticos passam a explorar um roteiro turístico que combina cenário paradisíaco com mulheres bonitas e disponíveis. Anos mais tarde, o comércio de viagens passa a oferecer outras opções, como a República Dominicana e o Brasil. O turismo sexual é o principal estímulo para a migração de mulheres. Além dele, as mudanças no leste europeu contribuíram para aumentar ainda mais o número de prostitutas estrangeiras vivendo nos países da Europa Ocidental.

No Brasil, com a ponte estabelecida através do turismo sexual, na metade da década de 80, começou a migração de mulheres para os países europeus. A observação é do Coletivo Mulher Vida, Organização Não Governamental (ONG) de Recife. No entanto, na maior parte dos casos, as mulheres que saem

de Pernambuco não vão trabalhar na prostituição. Elas viajam a convite de seus namorados europeus e, quando não se casam por lá, passam até seis meses na Europa e voltam. Além de Recife, outros pontos de partida são cidades onde ocorre o turismo sexual, como Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro. Por ter o principal aeroporto internacional do país, São Paulo também é uma porta de saída das mulheres.

Com relação aos números, há muita imprecisão. Algumas estatísticas, embora não tão atualizadas, vêm da Suíça, de sua Polícia Federal. Em 1994, 14% dos vistos de dançarina na Suíça foram dados para as brasileiras. Foram 250 mulheres que entraram no país para trabalhar em boates, algumas sabendo que iam também para a prostituição, outras não. O índice brasileiro só ficou atrás da República Dominicana, com 23% (412 mulheres) e Rússia, com 17% (300 mulheres).

Na Áustria, os dados da polícia relativos ao período de primeiro de janeiro de 1994 a 30 de junho de 1995 apontam que as brasileiras representaram 2,39% das vítimas do chamado tráfico de mulheres. Esse número corresponde a 18 mulheres que passaram pela polícia austríaca. Não se conhece o número das que efetivamente estavam trabalhando na prostituição naquele período.

Um estudo realizado na República Dominicana e publicado pela Organização Internacional para a Migração (OIM) aponta que, no mundo, é daquele país o quarto maior número de mulheres trabalhando na prostituição em países estrangeiros. A estimativa é de que haja mais de 50 mil dominicanas nesse mercado. Segundo o estudo, esse número só é ultrapassado pela Tailândia, Brasil e Filipinas.

Como ir, eis a questão

Chegar sozinha num país europeu, sem nenhum contato, somente com visto de turista e com o objetivo de trabalhar na prostituição é uma empreitada bastante complicada para uma brasileira. Aparentemente, as soluções existem. Mas na prática, é difícil trabalhar *free-lancer*.

Um recurso seria colocar anúncios nos jornais oferecendo serviços como massagista. Outro, indo direto às ruas. Nos dois casos, o problema é o mesmo. Para começar, com o visto de turista é muito difícil, em alguns países até impossível alugar um apartamento, por exemplo. Sem apartamento, não há uma infra-estrutura para oferecer os serviços. Ir para as ruas é correr risco de ser atacada pelas prostitutas já estabelecidas e por seus protetores.

A brasileira tem a opção de arranjar um marido europeu, o que também é um risco. Não são poucos os homens que querem uma mulher para sustentá-lo. Eles chegam a ir até países onde há muita pobreza, como o Brasil, à procura desse meio de vida.

Por ser atividade ilegal a estrangeiras na maioria dos países europeus, a prostituição é o tipo de trabalho em que é preciso ser iniciado por alguém, sejam amigos, agências ou cáftens. Para chegar lá, existem várias formas de intermediários, desde as maneiras informais, como aconteceu com Paula, até empresas organizadas, como os agenciadores. Foi o caso de Ângela, 31 anos, que conseguiu ir, também para a Áustria, através de uma agência.

Agenciamento

“Eu morava naquela cidadezinha, com aquele povinho, aquelas cabecinhas. Tinha me separado, ganhava pouco... Levava aquela vidinha bem mais ou menos. Quando surgiu a oportunidade de ir para a Europa, eu pensei: vamos, uai”,
Ângela, 31 anos.

Em 1992, Ângela estava com 25 anos, separada e com uma filha. Para viver, trabalhava como sacoleira, vendendo roupas e produtos de beleza em

Anápolis, Goiás. Um dia, voltou para a cidade uma mulher que tinha passado muito tempo na Europa, onde trabalhava como prostituta. Ela montou uma empresa, fez propaganda oferecendo trabalho na Suíça e na Áustria. Quem se interessava ficava sabendo que se tratava de prostituição. “A mulher fez uma limpa na cidade. E quem ia chamava outra”, explica ela, que estava no meio dessa “limpa”.

A mulher perguntou se ela queria ir para a Suíça ou para a Áustria. Ela perguntou qual era a diferença e a mulher disse que na Áustria era melhor. Não precisou de mais informações para decidir: ia para a Áustria. Lá, descobriu que no outro país ganharia mais dinheiro. Ângela pagou para a empresária US\$ 2 mil, só pelo contato. Também teve que arcar com a passagem e as despesas de passaporte.

O trabalho da empresária era levar para a Áustria fotos que Ângela tirou de biquíni e nua. Os donos das boates avaliaram as fotos e a contrataram como dançarina. Na verdade, ela teria que fazer bem mais do que shows de *striap-tease*, mas isso já estava sabendo. Contrato e passagens na mão, ela foi embora trabalhar para pagar a empresária e começar o seu pé-de-meia.

O intermediário

Quando o agenciador sai com fotografias das mulheres debaixo do braço, batendo nas portas das boates, sabe que ganhará ainda mais dinheiro, além do que já recebeu ou irá receber das candidatas. Não existe um preço fixo. Alguns declaram ganhar quinhentos dólares por mulher, como é o caso do agenciador no Suriname, Henk Kunath, que se autodenomina “assistente social”. De acordo com a reportagem da revista *Isto é*, de 5 de junho de 1996, ele intermedia o negócio entre Brasil, Suriname e Europa. Lá, elas trabalham num circuito de bordéis na Holanda, Alemanha e Espanha.

O negócio rentável começa com o superfaturamento da passagem aérea entre Belém e Paramaribo, passando pelos percentuais de cada programa na boate de Kunath até a venda para a Holanda. De lá, ela é revendida a bordéis na Alemanha e depois Espanha. Esse circuito dura aproximadamente oito meses.

Uma brasileira vale 5 mil dólares

Essa foi a proposta que o brasileiro Cristiano, de 37 anos, recebeu para ser intermediário de prostitutas. Ele vive há 16 anos na Áustria e todos os anos foge do inverno europeu, passando três meses de férias no Brasil. Nesse período, Cristiano fica mais no Nordeste, na praia de Boa Viagem, de Recife.

As andanças de Cristiano ficaram conhecidas por um dono de boate na Áustria. Uma boate precisa ter sempre novas mulheres para oferecer para os clientes. O dono fez então uma proposta a Cristiano: ganhar 5 mil dólares por mulher trazida do Brasil, de preferência morena. Ele não ficaria com nenhuma outra responsabilidade, apenas a intermediação.

Problema em conseguir candidata ele não teria. Quando está tomando sol na praia de Boa Viagem, sempre encontra as meninas. Ao saberem que aquele brasileiro com sotaque alemão mora na Áustria, elas passam a dar mais atenção. É assim que acontece com os europeus que fazem turismo sexual no Recife. O objetivo delas é arrumar um namorado que as leve embora do Brasil. Se possível, que esse namorado se transforme num marido, que seja o provedor, o protetor, que lhes dê segurança. É o velho sonho do príncipe encantado, louro, de olhos azuis.

“Fazer o quê no Brasil? A mulher que está no sexo-turismo é considerada cidadã de terceira categoria. É pobre, negra, mulher. Muitas delas foram estupradas dentro de casa, pelos padrastos, tios, e pelos próprios pais. Ela não espera nada do homem brasileiro, se sente insatisfeita, decepcionada com esse modelo de homem. O brasileiro não tem coragem de andar de mãos dadas com ela, pelas praias, pelos bares, pelas sorveterias. Não tem coragem de beijá-la em

*público. O gringo tem coragem. Ele a valoriza como ser humano. Por que ela ficaria aqui, se tem a oportunidade de ir e ascender socialmente? Se existe preconceito na Europa, aqui existe mais ainda”, afirma a assistente social Cecy Prestrello, co-autora do livro *Sexo Turismo: o que a gente não faz para realizar um sonho*.*

São garotas de programa? Cristiano não diz nem sim, nem não. Só afirma que depois de uma noite de envolvimento, ela pediu o dinheiro para o táxi. Alguns europeus chegam a pagar a elas 50 reais por uma corrida do hotel para o apartamento da moça, a poucas quadras dali. Cristiano dava minguaos 7 reais.

Uma moça com a qual Cristiano se relacionou ficava pedindo insistentemente que a levasse para a Europa. Ele prometia que sim e dizia que a levaria na semana seguinte. Mas partiu antes. A moça perdeu a oportunidade de escapar do Brasil. O dono da boate deixou de ter novidade na casa. E ele conseguiu resistir a um mergulho nesse mundo. Cristiano sabe com quem estaria se metendo. “Esses donos de boates são ligados às máfias. Eles compram a garota, ficam uns três meses com ela e depois não a querem mais, precisam de atração nova. Aí, eles vendem para uma boate na Itália, por exemplo. E a garota fica de um lugar para o outro, nas mãos desses caras”. Com isso, Cristiano livrou-se da culpa de frustrar mais um sonho de uma brasileira.

Uma leva outra, que leva outra, ...

Mas há quem consiga aproveitar as oportunidades. A experiência de Ângela serviu para abrir caminho para outra pessoa: sua sobrinha. Nas últimas férias em que Ângela esteve no Brasil, em janeiro de 1997, encontrou Carolina, 18 anos, apática, em casa o tempo todo assistindo TV. Ela passou o ano de 1996 inteiro sem estudar, embora seu sonho fosse cursar medicina e se especializar em cirurgia plástica. “Mas teria que estudar cinco anos e mais quatro de

especialização. São nove anos de estudo, e na hora de ganhar dinheiro nem é tanto assim em relação ao investimento”, avalia Carolina.

Durante suas férias, Ângela convidou Carolina para uma viagem. As duas foram para o Pará e de lá para Minas Gerais. Foi no Pará que Carolina teve uma experiência marcante em sua vida: perdeu a virgindade. “A primeira vez foi estranha. Na verdade, eu não perdi minha virgindade. Vendi. Foi num puteiro em Belém, quatro meses antes de vir para a Áustria” diz Carolina. “Eu nunca tive uma relação com ninguém, nunca fui de namoradinho, essas coisas. Então, já que eu fui capaz de fazer isso, vou continuar nisso, mesmo” diz Carolina. “É uma coisa meio constrangedora, meio chata”.

A tia não vê nada de ruim nisso. “Não vejo a prostituição como uma coisa baixa”, diz Ângela. “No Brasil as meninas têm um monte de namorados, ficam um dia e no outro já estão transando. Dão de graça e ninguém fala nada. Aqui tá dando mas tá ganhando dinheiro”, completa Ângela.

Já a mãe de Carolina nem faz idéia que a filha está na prostituição. Ela também mora na Europa, está trabalhando em Roma como fisioterapeuta há dois anos. “Se ela sonhar que eu tou fazendo isso, morre. É porque eu não preciso. Sempre ganhei tudo do bom e do melhor. A gente sempre teve empregada em casa, sempre estudei em escola particular. Minha mãe pagou curso de línguas, natação. Eu não precisava fazer isso”.

Carolina, que fala inglês, espanhol e italiano, está nessa pelo dinheiro. “Acho que eu não tou perdendo nada, não. No Brasil, eu não fazia nada mesmo. Agora tenho dinheiro para comprar o que eu quiser, pra viajar pra onde quiser, quantas vezes por ano quiser. Posso ganhar R\$60 mil por ano, economizar R\$50 mil e ainda ter R\$10 mil para ir pro Brasil. E com meu passaporte italiano, posso entrar e sair dos Estados Unidos, sem problemas”, afirma.

Na época da entrevista, ela estava há duas semanas na Áustria. Uma semana ela ficou descansando, se adaptando ao país. A outra, começou a

trabalhar como dançarina na boate em que sua tia já trabalhou. Nesse emprego, que não é só fazer shows de streap-tease, ela já tinha contabilizado 700 dólares. Foram, em média, três clientes por dia.

Carolina não encontrou muitas dificuldades para morar na Europa. “Para ficar aqui, eu não preciso pagar para ter um marido”, explica Carolina. É que até 1993, qualquer mulher podia chegar com visto de turista e começar a trabalhar numa boate como dançarina. Hoje, a Áustria só permite o trabalho para mulheres com passaporte europeu, ou casadas com austríacos.

Em outros países europeus também é assim. Mas na Suíça, se a pessoa tiver contratos de trabalho com uma boate, tem visto garantido. O problema nesses tipos de contratos pode surgir quando a pessoa fica um tempo à mercê do agenciador: enquanto ela não pagar as despesas da viagem, o passaporte fica retido. Além disso, ela sabe que terá que se prostituir. Para estrangeiras que estão em situação ilegal ou com visto de dançarina a prostituição é crime nos países da Europa. Fica, então, numa situação vulnerável, pois qualquer um poderá denunciá-la à polícia, que irá deportá-la.

Tráfico de mulheres

A lei brasileira

Olhando de fora, nada além do que histórias de aventureiras em busca de dinheiro. A fórmula é até parecida, por exemplo, com a utilizada para levar os descendentes de japoneses para trabalhar no Japão. Isso se a prostituição fosse uma profissão legalizada e se não houvesse uma espécie de pedágio de até US\$ 3 mil. Mas, de acordo com a lei, o caso de Paula e Ângela não se trata de uma “volta às origens”, em busca de um trabalho braçal bem remunerado, como os dekasseguis. É o tipo de migração que pode ser enquadrado no artigo 231, do Código Penal: tráfico de mulheres.

Tráfico é promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro. A pena mínima para esse crime é de três anos e máxima de oito. Se a vítima for menor de dezoito anos ou se o crime for praticado por ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador, a pena mínima é de quatro anos. Se feito através de violência, grave ameaça ou fraude, a pena mínima é de cinco anos. (Código Penal, Artigo 231)

Porém, o tráfico de mulheres não é um crime fácil de configurar, segundo o assessor de comunicação da Polícia Federal em Florianópolis, Ildo Rosa. Os empecilhos criados pela lei provocam alguns problemas para a polícia prender alguém que esteja cometendo esse crime. O primeiro problema é um tanto óbvio: como o Código Penal só vale em território brasileiro, é quase impossível configurar o tráfico de uma mulher se ela ainda não viajou e nem está se prostituindo.

Para transpor essa dificuldade, a Polícia pode investigar atividades de grupos traficantes em território brasileiro, a fim de conseguir provas. Foi assim

que, no dia 17 de setembro de 1997, foi preso o comerciante chinês Lee Chien Mao, que tentava levar para Hong Kong três gaúchas de Caxias do Sul para trabalharem como prostitutas, ganhando 3 mil dólares por mês. A Polícia Federal tinha começado as investigações no dia 13 de agosto e juntou provas de que o chinês trabalhava com prostituição em seu país. Esperou que os quatro passassem pela alfândega do aeroporto internacional de Guarulhos, entrassem na área de embarque, de modo a caracterizar a intenção de viagem, para então prender o chinês e “salvar as vítimas”.

Outra exigência da lei é que o “traficante” reconheça em juízo que tinha intenção de levar a pessoa para trabalhar na prostituição. Para driblar essa situação, o “traficante” pode muito bem dizer que ele e a mulher, ou mulheres, estão deixando o país a turismo. Ou que a mulher está indo trabalhar em lanchonetes e até como dançarina numa boate. Foi a forma que a empresária encontrou para que Ângela pudesse sair do Brasil e entrar na Áustria sem problemas.

Uma característica que demonstra a caduquice do Código é que a vontade da mulher nessa situação nem é levada em conta. Escrita em 1940, a lei considera irrelevante o consentimento da vítima, até mesmo quando ela tenha pago ou comprometido em pagar de 2 a 3 mil dólares apenas pelos contatos. Para a lei, ela é mulher, está sendo levada para a prostituição, está enquadrada no crime. É tratada como uma vítima, a quem não compete decidir por trabalhar na prostituição.

Por último, a polícia pouco pode fazer depois que a mulher pisou em território estrangeiro. É o conhecido princípio de territorialidade, em que a só se pode atuar dentro das fronteiras brasileiras, respeitando as leis e a polícia do outro país. A prostituição no país de destino pode não ser considerada um crime. No entanto, de acordo com as leis dos países europeus, o imigrante é proibido

de trabalhar. A prostituta que migra e está com visto de turista ou em situação ilegal também não pode.

Não há dados precisos sobre ocorrências como a do chinês Mao. E as estatísticas sobre o tráfico são muito difíceis de se obter. A polícia do Rio também reconheceu ao Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) que as investigações nesta área têm sido poucas. Apesar de admitirem que o comércio de mulheres é freqüente, os policiais alegam que a cumplicidade delas, vítimas deste crime, os impedem de tomar conhecimento da atividade e de alcançar os criminosos. Não há denúncia. Exceto nos casos de mulheres que se arrependem, pais que buscam filhas desaparecidas e maridos inconformados.

“Enfim, a culpa é das mulheres. Como esperar que as outras mulheres, dentre as que conseguem retornar, na maioria traumatizadas, procurem a polícia que, a despeito dos profissionais sérios que integram o seu quadro, é instituição por demais desmoralizada em nosso país? No Brasil, o que impera é o juízo de valor das autoridades a respeito da conduta das mulheres, e não a lei”, escreve a advogada do Ceap, Michelle Gueraldi.

Acordos internacionais

Paris, 1895. Foi a primeira vez em que, num encontro oficial, se debateu a questão do tráfico internacional de mulheres. Isso aconteceu no 5º. Congresso Penitenciário, no qual os participantes decidiram adotar medidas para reprimir severamente o delito. Concluíram também que era preciso que representantes governamentais participassem ativamente da discussão do assunto. Depois disso, seguiram-se outros congressos, em Londres (1899), Paris (1900), Budapeste (1900), Amsterdã (1901), Frankfurt e São Petesburgo (1902).

A primeira discussão feita pelos governos só aconteceu no dia 15 de julho de 1902, em Paris, numa conferência internacional sobre tráfico de mulheres. O governo brasileiro participou do evento, juntamente com delegados de países

européus, como Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Inglaterra, Hungria, Itália, Noruega, Holanda, Portugal, Rússia, Suécia e Suíça. No Brasil, o resultado foi a apresentação de um projeto de lei, que teve aprovação somente 13 anos depois, em 1915, na reforma do Código Penal de 1890.

Mesmo assim, o Brasil continuou participando de encontros e assinando papéis. Em Paris, no ano de 1904, foi firmada a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Brancas, que proibia o tráfico de mulheres para propósitos imorais. Em 1910 houve outra convenção em Paris, que deu origem a congressos em Madri (1910), Bruxelas (1912) e Londres (1913).

“Na primeira metade do século XX, a mais famosa organização dedicada ao tráfico de mulheres era a “Zwig Migdal”, que surgiu na Polónia e se espalhou por cidades do mundo inteiro. Sociedade rigidamente organizada, possuía graus honoríficos à semelhança da maçonaria. No início, seus agentes dirigiam-se às aldeias rutenas, polacas, húngaras e aí, regiões onde a pobreza era geral, aliciavam suas vítimas sob promessas de empregos em casas de modas, dancing ou casamentos vantajosos. As vítimas incautas acediam premidas pela miséria, e quando percebiam a cilada, era já tarde para recuar. A pátria distante, o espectro da fome, a falta de meios, dissolviam qualquer resistência e as aliciadas acabavam concordando com os infames propósitos dos agenciadores. Posteriormente, a Zwig Migdal ampliou-se, estabelecendo escritórios em várias partes do mundo, tornando-se notório o de Buenos Aires. Lá foi o centro do castismo sul-americano. Da capital portenha, o tráfico se irradiou para as outras repúblicas do continente. Em 1930, quando das agitações políticas argentinas, a polícia fechou a sede da Zwig Migdal e foram expulsos do país os cástens internacionais. Dois desses cástens, Maurício Steinberg (sócio número 2 da loja de Buenos Aires) e Adolfo Fischer, ambos polacos, foram para o Rio de Janeiro”, Astor Guimarães Dias, Revista de Criminologia, 1954.

Em Genebra, no ano de 1921, foi firmado o segundo acordo internacional contra o tráfico de mulheres e crianças. Assinado por 60 países, incluindo o Brasil, o acordo proibia pessoas de procurar, incitar ou levar uma mulher ou criança a outro país, “para propósitos imorais”.

O acordo seguinte surgiu em Genebra, no dia 11 de outubro de 1933. Na Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores de

Idade, 26 países assinaram um acordo em que se comprometiam a proibir, prevenir, perseguir e punir tais práticas. A decisão virou lei no Brasil em 1938.

A última discussão internacional é de 1950. A Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio aconteceu na cidade de Lake Success, EUA. No Brasil, foi transformada em decreto no dia 11 de junho de 1958. O evento nos EUA unificou as deliberações das convenções anteriores e resultou na chamada "convenção abolicionista". A partir daí, não surgiram novos acordos internacionais sobre o assunto.

Quase meio século depois, em junho de 1996, o debate começou a avançar na Europa. Em Viena, aconteceu a primeira Conferência da União Européia Sobre o Tráfico de Mulheres. No evento, procurou-se evitar a discussão sobre a prostituição, concentrando nas medidas para combater o problema do tráfico. Uma das conclusões da conferência remete às preocupações de 1895: a necessidade de uma política internacional mais coordenada entre os países envolvidos.

Quatro visões sobre um fato: a prostituição

Todas as leis e acordos que existem sobre tráfico de mulheres continua baseada em dois pontos: a migração e a prostituição. Em relação à migração, a política da comunidade européia é a de fechar cada vez mais as fronteiras aos estrangeiros dos chamados países emergentes. Quanto à prostituição, há quatro direções na maneira de pensar e o modo de tratá-la, de acordo com a ONG Fundação Contra o Tráfico de Mulheres (STV), da Holanda.

Em primeiro lugar, há a concepção **proibicionista**. Neste sistema, todas as formas de prostituição estão proibidas. Este sistema ainda existe nos EUA, nas Filipinas e Tailândia. O segundo sistema é o da **regulação** ou **legalização**. As prostitutas ficam obrigadas a se registrar e pagar impostos, porém na prática

não conseguem desfrutar de vantagens desta situação. É o sistema vigente, por exemplo, na Alemanha e que carrega uma dupla moral, pois as prostitutas têm deveres mas poucos direitos. As mulheres em situação ilegal no país não podem se registrar, ficando ainda mais à margem da lei.

O **abolicionismo** é a terceira concepção a respeito da prostituição. É a visão dos acordos internacionais sobre o tráfico e que, historicamente, é uma reação contra a regulação da prostituição. Neste sistema, condena-se a prostituição por razões morais e considera as prostitutas como vítimas passivas que precisam ser salvas. Este sistema se aplica na maior parte dos países europeus, dos quais o Reino Unido, Bélgica, Itália e, oficialmente, Holanda.

Na prática, as prostitutas estão obrigadas a se registrar e pagar impostos. A situação é um tanto estranha: a prostituição não está proibida, mas uma terceira pessoa não pode estar implicada. Assim, trabalhar como prostituta é impossível, uma vez que sempre há sempre uma terceira pessoa, mesmo que esteja apenas alugando um ^{quarto} quarto. Já que a terceira pessoa vai trabalhar ilegalmente, a atividade das mulheres é um delito.

Por último, existe o sistema de **não penalizar** a prostituição. Em 1991, ele foi adotado como ponto de partida para uma política na Holanda, proposta pela ONG STV. Nesta concepção, a política se baseia nos direitos das mulheres implicadas, como o da autodeterminação, e a atividade das prostitutas deixa de ser penalizada. A STV acredita que é melhor não ter leis especiais para a prostituição e que, só deixando de lado o juízo moral, pode-se combater a exploração e a violência.

Tráfico de mulheres: muitas palavras e nenhum consenso

Enquanto a lei continua presa no conceito tráfico-prostituição, saindo da esfera jurídica, a questão está longe da clareza dessas normas cinquentonas.

Segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM), a falta de clareza ocorre em parte porque, na prática, o tráfico cobre uma grande variedade de situações, que nem sempre envolvem migração ilegal ou exploração. Alguns órgãos oficiais não fazem distinção entre tráfico de mulheres e outras formas de tráfico. No entanto, existem ONGs que preferem reservar o termo “tráfico” exclusivamente para descrever a migração de mulheres que implica prostituição forçada.

Há pelo menos três causas para a confusão na definição sobre o tráfico. A primeira delas é que o tráfico não se refere necessariamente a uma situação em que a pessoa traficada está sendo explorada ou pode ser descrita como uma vítima. Um exemplo é o caso de Ângela, que pagou US\$ 2 mil para ir à Áustria. Outra razão é que as mulheres traficadas não precisam necessariamente ter entrado no país de destino ilegalmente. A forma encontrada pelas agências para levar as mulheres para trabalhar na Suíça é contratando-as como dançarinas.

A terceira causa é a tendência de não se fazer uma clara distinção entre prostituição em geral e tráfico. A mulher traficada nem sempre vai para a prostituição. Ela pode ser explorada como “esposa”, como empregada doméstica ou como dançarina. Esse assunto tem gerado discussão principalmente em organizações de prostitutas, que se sentem prejudicadas pela associação da idéia anti-tráfico e anti-prostituição.

Com a palavra, as prostitutas

O primeiro grito contra a ligação que geralmente se faz do tráfico com a prostituição vem das próprias prostitutas. Na Austrália, país que recebe muitas prostitutas asiáticas, doze organizações de prostitutas escreveram um manifesto sobre as campanhas anti-tráfico. Através desse texto é possível entender por que é problemático associar a questão do tráfico de mulheres com a prostituição.

Maastricht, na Holanda, em 1994. O principal motivo é reduzir a vulnerabilidade da mulher em relação ao tráfico. Assim, a prostituição e outras atividades relacionadas deveriam ser reconhecidas como forma de trabalho.

É fácil entender como a mulher fica vulnerável. A raiz do problema é a visão moralista de leis, como o Código Penal brasileiro. Como relata^{as} as organizações australianas, esse tipo de lei geralmente protege a prostituta do lugar, condenando à clandestinidade aquela que migra. O fator ilegal acaba estimulando a exploração de mulheres que querem migrar para se prostituir. Elas têm de se submeter às regras de intermediários, pois estão se envolvendo numa atividade ilícita.

É o que acontece com as brasileiras que vão para o Suriname, com o objetivo de tentar a sorte na Europa. De acordo com reportagem da revista *Isto é*, de 5 de junho de 1996, elas são atraídas com a promessa de altos rendimentos. Só que a exploração começa já na passagem aérea entre Brasil e Suriname. Quando normalmente o preço de Belém a Paramaribo custa US\$ 350,00, os donos das boates cobram da brasileira entre US\$ 750 a US\$ 1,1 mil.

Em Paramaribo elas têm que trabalhar para pagar a dívida, que só tende a aumentar, com os gastos com hospedagem, comida, roupas. Se ela conseguir passar por duas provas, estará apta a circular pelos bordéis da Holanda, Alemanha e Espanha. Uma das provas é pagar a dívida. A outra é ser aprovada pelas *mamas* dos bordéis europeus, que vão especialmente a Paramaribo avaliar as mulheres. As que passam no teste ficam aproximadamente três meses em cada país, tempo que corresponde à validade do visto de turista. Já aquelas que não têm a sorte de ir ficam indefinidamente tentando pagar a dívida com o bordel.

Em busca de uma definição

Enquanto o tráfico acontece na vida real, no campo das palavras continua a tentativa de achar uma definição para “tráfico de mulheres”. Neste debate estão várias organizações do mundo inteiro, governamentais ou não, com visões diferentes e por vezes opostas.

Há uma corrente que defende separar as questões de tráfico da prostituição, já que nem todas as pessoas envolvidas no mercado do sexo passaram pelo tráfico. Esta proposta foi apresentada na Conferência Sobre Tráfico de Pessoas, na Holanda, em 1994.

Para reforçar a tese há o fato de que o tráfico de pessoas acontece não apenas com o propósito de prostituição, mas para uma série de outras atividades, até menos visíveis. É o caso das empregadas domésticas. Dissociando o tráfico da prostituição, o documento propõe outro elemento que o define: a força. Assim, uma pessoa só é considerada vítima de tráfico se for forçada a se prostituir ou a trabalhar como escrava.

Mas há quem aponte problemas nesta proposta. Para a feminista norte-americana Carol Leigh, aparentemente significa um passo à frente no reconhecimento do direito de quem quer viajar e se engajar na prostituição. “Entretanto, essa estratégia é perigosa e não funciona. Pode ser conveniente redefinir tráfico incluindo apenas força, mas ~~esta~~ na definição corrente do termo, tráfico refere-se a qualquer transporte ilícito ou ilegal”, afirma Carol.

A ilegalidade, no caso, é em relação ao trabalho de estrangeiras na prostituição. Todo o impasse está colocado pela lei, que não permite à mulher ter um contrato de trabalho justo e a coloca numa posição de vítima em potencial. Sendo ou não forçada a se prostituir, a mulher continuaria a se submeter a uma taxa de agenciamento, a ter seu passaporte retido enquanto não tiver pago a dívida e a viver na constante ameaça ^{de} ser deportada.

“A solução é a igualdade econômica e de direitos das mulheres. Se a prostituição de imigrantes for tratada do mesmo modo como a das nativas, ou

seja, se ela for discriminada, haverá bem menos estímulo para os que seqüestram e extorquem mulheres. É sempre mais fácil lutar contra o abuso em comunidades menos marginalizadas”, conclui Carol.

Uma terceira corrente de pensamento é a que simplesmente quer eliminar o termo “tráfico de mulheres”. Para os seus defensores, essa expressão implica perpetuar a imagem da uma mulher passiva, vítima, incapaz de decidir sua própria vida. Tal imagem enfraquece todo o esforço que tem sido feito para que a mulher seja vista como sujeito.

Para alguns, essa corrente traz consigo um problema. Acaba-se caindo em outra imagem combatida pelas feministas: a da mulher como a responsável por tudo que lhe ocorre. “É a mulher que tem a obrigação de exigir camisinhas nas relações. Na hora de engravidar, quem decide é ela. Quando ela trabalha na prostituição, ela é o lado mais visível do ‘problema’. Ninguém se pergunta quem é o homem que sai com a prostituta”, explica Jaqueline Leite, coordenadora do Chame (Centro de Apoio à Mulher), de Salvador.

Para ela, quando se usa o termo tráfico de mulheres, está se tirando o peso da responsabilidade de cima das mulheres e passando-o para os donos de cabarés, aos cáftens e até ao próprio Estado. “O estado suíço recolhe anualmente 1 milhão de francos suíços do imposto para aposentadoria, pago por 400 dançarinas estrangeiras”, diz Jaqueline. É um dinheiro pago a fundo perdido, pois a mulher não tem a perspectiva de se aposentar numa boate.

Mas a discussão não se resume em achar culpados e vítimas. “A mulher não é vítima. É clara a questão de que se ganha rios de dinheiro no mercado do sexo”, diz Jaqueline. “A mulher vai porque quer. Não existe mais navio negreiro. É uma estratégia de sobrevivência”. O problema está nas opções que ela tem na Europa: ou se casa com um europeu ou vai trabalhar como dançarina numa boate.

“Não é possível pensar na migração como uma opção isolada. Está envolvida na questão toda uma maneira de pensar o papel da mulher na sociedade, além da invisibilidade do trabalho feminino”, diz Jaqueline. “A relação de gênero tem que ser discutida. Por que será que uma mulher baiana só consegue trabalho lá como dançarina de cabaré?”, pergunta.

Uma definição possível

A OIM elaborou uma definição para seu estudo sobre tráfico, embora considere uma solução provisória. Pela definição, o tráfico ocorre quando uma mulher, em um outro país que não o seu, é explorada por outra pessoa contra seu desejo e por ganhos financeiros. O elemento do tráfico pode – cumulativa ou separadamente – consistir em providenciar migração legal ou ilegal do país de origem para o país de destino, enganar vítimas para a prostituição uma vez no país de destino, além de explorar vítimas através da violência, ameaça ou outras formas de coerção.

Assim, pela definição da OIM, a experiência de Paula não seria de tráfico, pois ela foi com a ajuda da amiga, que nada pediu em troca. Nem a experiência de Carolina, que contou com a tia para ir à Áustria. Tampouco Ângela foi traficada. Ela pagou porque quis viajar e admite que não foi explorada. Em nenhum dos casos houve ameaça de violência ou alguma forma de coerção. É uma situação bem distante do artigo 231, no qual elas seriam simplesmente consideradas vítimas.

Na Conferência da União Européia Sobre Tráfico de Mulheres, em junho de 1996, o Parlamento Europeu chegou a uma definição mínima, que nem leva em conta a questão da prostituição. Para os países da União Européia, o tráfico corresponde a todos os atos envolvidos no recrutamento e/ou transporte de uma mulher, dentro e além das fronteiras nacionais, para trabalho ou serviço,

por meio de violência ou ameaça de violência, abuso de autoridade ou posição dominante, forma de escravidão através de dívida, engano ou outras formas de coerção.

No entanto, a questão continua aberta. De concreto, apenas a legislação existente, que mais prejudica as mulheres que migram do que combate efetivamente o tráfico e a exploração. Quem ganha com isso? A política atual de bloquear a migração de mulheres de países pobres ou emergentes. Um ganho duvidoso: a migração continua acontecendo e os intermediários ficam cada vez mais fortalecidos.

Por que acontece o tráfico?

Não há dúvidas de que existe prostituição em qualquer parte do mundo. É evidente também que quem se envolve no tráfico tem mais dificuldades e corre mais riscos do que aquele que recruta mulheres no próprio país. Então, por que continua existindo o tráfico com propósito de prostituição? O procurador de justiça Youngik Yoon aponta quatro motivos.

O primeiro é que a demanda pela prostituição num país pode ser maior do que o número de mulheres disponíveis na prostituição. Foi o caso da Tailândia, no auge do turismo sexual do mundo. Lá havia uma das maiores comunidades de prostitutas do mundo. Ao mesmo tempo, vôos *charters* do Japão, Coréia do Sul, Austrália e dos Estados Unidos despejavam homens em busca de sexo. É essa demanda que explica o seqüestro de mulheres em Myanma e na China, para aumentar ainda mais a população de prostitutas da Tailândia.

Outra razão para buscar estrangeiras para prostituição é que há muito mais dificuldades para mulheres escravizadas escaparem de um país estrangeiro que de seu próprio país. Mulheres estrangeiras seqüestradas quase nunca conhecem a língua e não estão muito familiarizadas com o lugar. Há também o

fato de que a polícia local é menos simpática às mulheres estrangeiras, além de ser facilmente subornável pelos proprietários de bordéis.

O quarto motivo é que os clientes parecem preferir mulheres estrangeiras. No Japão, os homens são obcecados em fazer sexo com mulheres caucasianas, especialmente louras. Por isso, elas são as prostitutas mais procuradas em Tóquio. Há um incentivo financeiro grande para que os grupos criminosos japoneses entreguem mulheres caucasianas no mercado de prostituição. Provavelmente uma situação semelhante em Hong Kong estimulou o chinês Lee Chien Mao a atuar no interior do Rio Grande do Sul.

As vítimas

“Hoje eu não acredito mais em sonhos. Vivo o presente. Um dia fui para a Europa, passei três meses na Alemanha. Fui através de um homem que tem uma companhia de turismo aqui em Boa Viagem. Ele me prometeu mundos e fundos, que ia ser dançarina na Alemanha. Fui através de passagem que ele me arrumou. Quando cheguei lá, tinha um casal de alemães me esperando. Levaram-me para um lugar que até hoje não sei do nome. Me trancaram num quarto e fiquei lá uns dois meses. A transar com todo tipo de alemão. Minha vida era abrir as pernas e eles meterem em mim. Passei muita fome; teve dia que eu pensei em me matar para poder me livrar da situação. Por fim encontrei um gringo que teve pena de mim, entendia português e falou com o casal. Já estava grávida, cheia de problemas. O casal me levou ao aeroporto, e eu voltei para o Brasil. As meninas têm muita ilusão com a vida na Alemanha. Eu não acredito em mais nada, não tenho mais nenhum objetivo na minha vida, vou levando ela até um dia”. Depoimento de Débora, no livro *Sexo Turismo, o que a gente não faz para realizar um sonho*.

O tráfico de mulheres é um dos crimes que apresenta um risco menor do que, por exemplo, o tráfico de drogas, comércio de armas ou lavagem de dinheiro. Essa informação é do artigo escrito por Susan Ladika para a Associated Press. No mundo, há países que se destacam como “exportadores” de mulheres para a Europa. Da África são Gana, Nigéria e Marrocos. Da América Latina as mulheres são do Brasil, Colômbia e República Dominicana. Da Ásia, são as

filipinas e tailandesas. Mais recentemente, o fluxo parte da Albânia, República Tcheca, Hungria, Polônia, Romênia, Rússia e Ucrânia.

O que as vítimas do tráfico têm em comum? São de países onde há muita pobreza, algumas tinham o sonho de ganhar muito dinheiro num emprego “normal” e acabaram na prostituição. Outras foram trabalhar como empregadas domésticas e ficaram nas mãos de seus patrões. Há ainda aquelas que vão, apostam tudo num casamento e se decepcionam. Em todos os casos há uma expectativa que não se concretiza. Marco Gramegna, da Organização Internacional pela Migração (OIM), diz que grandes redes criminosas recrutam mulheres através de anúncios por empregadas domésticas, estudantes de escolas de línguas, agências de casamento e dançarinas.

No estudo “Escravidão Sexual Internacional”, publicado na internet na revista “Touro International Law Review”, o procurador de justiça Youngik Yoon aponta mais duas formas de aliciar mulheres: seqüestro e venda de mulheres pela família. O estudo se concentra na realidade da Tailândia, que era conhecida como o paraíso do turismo sexual no mundo. Hoje em dia, em decorrência ao grande número de casos de AIDS, os aviões estão tomando outros destinos. Recife é um deles.

Aqui, a forma de recrutamento para a Europa acontece em cidades onde predomina a ligação com o turismo sexual. As mulheres são convidadas a trabalhar em boates européias, com a promessa de ganhar muito mais do que no Brasil. E quem vai até ganha bem. São as que não têm vínculos com cáftens. Já as que dependem deles para ter visto de trabalho têm que pagar caro por isso. Às vezes chegam a deixar o dinheiro todo na mão do protetor.

No Rio de Janeiro, as mulheres convidadas a migrar são as que têm a imagem da “mulata tipo exportação”, expressão criada na década de 60 por um famoso empresário da noite para definir as dançarinas negras. Um estudo do Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), indica que as

mulheres são mostradas no exterior “como sensuais representantes do glamour das mulheres brasileiras. São arrebanhadas nas escolas de samba, academias de dança, blocos afro e nas casas especializadas de shows para turistas”. Elas vão em excursões de grupos sambistas, fazendo shows por cidades européias. De acordo com estudo feito pelo Ceap, essas mulheres são vítimas potenciais de exploradores.

“Elas saem como artistas e são recebidas como prostitutas. Muitas vezes, a primeira atitude dos agenciadores ao chegarem no país de destino é tomar-lhes o passaporte, a fim de impedir a livre locomoção. Como não têm domínio da língua, ficam isoladas, e ainda mais, por não conseguirem contatar outros brasileiros. Essas mulheres só conseguem permissão de trabalho como dançarinas de casas noturnas. Com raras exceções, as condições e o tipo de trabalho são devidamente esclarecidos ou constam dos contratos, na maioria das vezes escritos num idioma que não é dominado pela mulher que está sendo contratada. Algumas das cláusulas contratuais dificilmente discutidas com a dançarina são a de fazer sexo com os clientes do clube onde estão dançando e usar de sua capacidade de sedução para levar os clientes a consumirem mais bebida. Muitas, no afã de aumentar sua cota mensal, acabam bebendo junto com os clientes, terminando por morrer de cirrose, doenças sexualmente transmissíveis, Aids e mesmo depressão” alerta o Ceap, na revista *“Tráfico de Mulheres é Crime!”*, de 1995.

A parte mais visível do tráfico é quando a mulher trabalha em casas noturnas ou na prostituição. Já o lado invisível é o das que vão trabalhar como empregadas domésticas e se transformam em escravas. O caso mais freqüente detectado pela representante do Ceap, Joselina da Silva, numa viagem aos EUA em 1990, era o de empregadas domésticas de diplomatas, obrigadas a trabalhar sem horas e dias de folga, além de terem seus passaportes seqüestrados pelos patrões e os salários retidos.

“Por trabalharem internamente nas casas, estas mulheres acabam sendo as mais difíceis de serem ajudadas quando vítimas de tráfico, pela situação de isolamento e solidão a que são confinadas nas casas dos patrões e, como nos outros tipos de tráfico, pela barreira lingüística. Geralmente, não têm visto de trabalho naquele país, o que as transforma em ‘ilegais’, caso desejem abandonar aquele empregador. Se descobertas, estarão sujeitas à punição com prisão e serão depois deportadas pela polícia. Passam de trabalhadoras a criminosas”, relata o Ceap.

Por último, o casamento de brasileira com europeu é o problema que mais aparece nas organizações de ajuda. Ao mesmo tempo é difícil caracterizá-lo como tráfico, pois envolve sentimentos, paixões e relacionamentos interpessoais. Tudo começa com um anúncio no jornal. A mulher se depara com uma tentadora proposta vinda de um príncipe encantado, nascido no primeiro mundo e desejoso de uma esposa brasileira para habitar seu castelo. Mas, por trás desse personagem, pode haver uma quadrilha internacional de tráfico.

A mulher que responde ao anúncio está, na realidade, ajudando a formar um catálogo de candidatas a esposas. Contato feito, ela recebe do pretendente as passagens e dinheiro para cobrir a viagem. Com o intermediário, o "príncipe" negocia um prazo de três meses de experiência, com direito à devolução, caso não se sinta satisfeito.

Se a relação não dá certo, a mulher carrega a culpa pelo fracasso e recebe a conta das despesas da viagem. Sem dinheiro para acertar o débito nem para comprar passagem de volta ao Brasil, restam à mulher duas possibilidades: tentar um novo marido ou trabalhar como garota de programa em alguma boate apontada pelo agenciador. Se optar pela segunda alternativa, geralmente tem que se submeter a condições de trabalho que as prostitutas européias recusam.

Quando o conto de fadas dá certo, a mulher ainda vive um período de incerteza em relação à sua situação no país. Ela precisa esperar de três a cinco anos, dependendo do lugar, até ser reconhecida como cidadã. Até lá, ela fica sob a tutela do marido. Na melhor das hipóteses, é só um tempo de espera. Caso contrário, o marido pode se achar no direito de proibi-la a sair de casa e de ter convívio social.

No caso de separação, a justiça pende para o lado do europeu, principalmente em relação à guarda dos filhos do casal. "Quando a mulher fala que vai voltar para o Brasil, a primeira coisa que o marido diz é que as crianças

vão virar meninos de rua”, diz Jaqueline Leite, do Chame. “A condição da mulher é desprivilegiada. Como cidadã e pessoa, ela é desclassificada no momento da sociabilização”, conclui.

“Um dia, quando eu trabalhava numa organização de apoio à mulher, na Suíça, fui arrumar um apartamento para uma brasileira que tinha acabado de se separar. A gente foi conversar com um assistente social e ele perguntou a ela em que escola os filhos estavam matriculados. Ela não sabia o nome. Para ela, o simples fato de eles estarem estudando era o que importava. O nome da escola era uma coisa secundária, ainda mais que era em alemão, uma língua difícil para ela. Mas na visão de um suíço, nem passa pela cabeça que uma criança possa ficar fora da escola. Para ele, o fato de uma mãe não saber o nome da escola dos filhos é simplesmente absurdo, inconcebível. E é nesse contexto cultural que vai gritar tudo. São essas pequenas coisas que acabam desqualificando a mulher brasileira naquela sociedade. Juridicamente, ela tem direitos. Mas na prática a história é outra. A questão é fazer com que os direitos sejam respeitados dentro do contexto cultural dela”, relata Jaqueline Leite.

Incêndios e bombeiros

A lista não é pequena. São 43 organizações em 14 países da Europa que atendem as vítimas do tráfico, da escravidão, ou simplesmente mulheres que querem resolver os problemas de seu casamento. O público é de migrantes da América Latina e da Ásia. Essa verdadeira rede de ajuda sinaliza um fato que preocupa cada vez mais as autoridades européias: o aumento da migração.

“O trabalho das entidades européias é de bombeiro”, explica Jaqueline Leite. O incêndio começa do lado de cá do oceano e para tentar apagá-lo, as campanhas começam a aparecer no foco: nas cidades brasileiras onde existe o turismo sexual. O curioso é que a mobilização das entidades brasileiras costuma surgir na Europa, e não aqui. O motivo é simples: enquanto no Brasil a migração é a solução para a pessoa, na Europa é que os problemas aparecem, ou para a mulher ou para o governo do país.

No Brasil há pelo menos três ONGs que lidam com essa questão. O ponto de partida para campanhas foram viagens de seus coordenadores ao exterior, onde ficaram sabendo da situação pelas quais passavam as brasileiras. Uma das organizações, a Chame, foi criada a partir de um projeto apoiado pelo governo suíço. As três trabalham isoladamente e atendem a um público restrito às cidades onde estão instaladas. Todas mantêm vínculo com entidades européias, seja na forma de intercâmbio de informações ou mesmo apoio financeiro.

O primeiro esclarecimento das ONGs em suas campanhas é de que não estão querendo impedir a migração das mulheres, mas sim alertar sobre os riscos que existem. Algumas são incisivas e não só esclarecem como, em certos momentos, também assustam. É o caso da campanha do Ceap “Tráfico de Mulheres é Crime! Um Sonho, Um Passaporte Um Pesadelo”. O conselho: “Case, ame, viaje, trabalhe, mas cuide-se para não ser mais uma das muitas mulheres assassinadas pelas quadrilhas de tráfico de mulheres”.

Lançada no dia 8 de março de 1996, a campanha atingiu cinco comunidades ligadas ao Ceap, entidades de apoio à mulher, e estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo do Ceap era contar o lado triste da migração, que tem como versão mais propagada a história da mulata que fez sucesso no exterior como artista. O resultado é uma revista que reúne, entre outras coisas, artigos que mostram o esquema de tráfico para a Europa, estudos sobre o turismo sexual, sobre a imagem da mulata, além de um levantamento de matérias jornalísticas de 1974 a 1995.

Para a coordenadora, Joselina da Silva, um dos problemas na organização do material foi a ausência de dados oficiais que dessem uma noção exata do número de mulheres atingidas pelo tráfico. A segunda dificuldade foi encontrar pessoas que se dispusessem a contar sua experiência negativa. Os dois problemas não foram resolvidos, mas isso não tira o mérito do trabalho, que é um dos

únicos estudos sobre o assunto no Brasil. O motivador do projeto foi uma viagem de Joselina para estudar especificamente o problema na Europa e nos Estados Unidos, em 1992.

Foi também naquele ano que o Coletivo Mulher Vida tomou conhecimento de que Pernambuco fazia parte do roteiro do turismo sexual. Num encontro feminista realizado no México, a pesquisadora argentina Marta Aparício, radicada na Alemanha, relatou a situação de mulheres brasileiras que se casavam com alemães, pensando ter encontrado o “príncipe encantado”. Muitas eram enganadas, sofriam violências de seus maridos e terminavam trabalhando como prostitutas.

A partir dessas informações, o Coletivo começou uma pesquisa com as mulheres que faziam parte do turismo sexual e que nele buscam os maridos. Um dos resultados desse contato foi o livro “Sexo Turismo: o que a gente não faz para realizar um sonho?”, lançado pela própria organização numa edição de mil exemplares, em 1996. Foi a primeira publicação sobre o assunto em toda a América Latina.

“O objetivo não era denunciar que o ‘homem europeu’ vem encontrar com a ‘coitadinha’ e abusar dela”, explica Cecy. “Os europeus só vêm aqui porque somos capazes de oferecer sexo turismo”, diz. O livro mostra o que acontece e quem é a mulher que faz parte desse circuito. A pesquisa, feita com 44 mulheres, descobriu que mais da metade já esteve na Europa, a convite dos namorados.

O Coletivo começou a publicar um jornalzinho específico para as garotas de programa. O jornal traz dicas de prevenção à AIDS, explicação sobre os métodos anticoncepcionais, oferta de cursos de alfabetização e de línguas, como inglês e alemão. Além disso, há uma relação de endereços de ONGs na Europa que podem ajudá-las, caso tenham algum problema.

A última grande conquista da entidade aconteceu no último mês de agosto. Com a ajuda da ONG alemã Ação Mundo Solidário e do UNICEF, foi inaugurada a pousada do Coletivo Mulher Vida, na praia de Boa Viagem. O lugar tem vaga para 12 hóspedes mulheres e emprega cinco ex-garotas de programa. O objetivo da entidade é se manter próxima às meninas, oferecendo cursos, palestras ou apenas um pouco de atenção. "É uma forma de dar outra opção para as meninas", diz Cecy Prestrello, organizadora do Coletivo.

Enquanto a entidade pernambucana trabalha diretamente com as vítimas potenciais do tráfico, o projeto do Chame tem por objetivo formar multiplicadores que atuam em comunidades carentes de Salvador. O Chame é uma das únicas organizações no Brasil que direciona seus trabalhos à questão da migração feminina. A idéia nasceu bem longe da Bahia e se confunde com a história de Jaqueline Leite.

Em 1985, Jaqueline resolveu migrar para a Áustria, com marido e filhos. Lá, trabalhou como professora de português, faxineira, varredora de rua e cantora em bares. Cinco anos depois, estava cansada desse ritmo. Enfrentou um dilema: ou voltava para o Brasil ou trabalhava na Europa com alguma coisa da qual gostasse.

Foi quando recebeu uma proposta do FIZ (Centro de Informação para Mulheres da Ásia, África e América Latina), entidade sediada em Zurique, Suíça. Jaqueline foi convidada a fazer um trabalho de assistência social com as brasileiras que moravam lá. Nesse meio tempo, ela teria que fazer um projeto de prevenção ao tráfico a ser colocado em prática no Brasil. Essa era a condição para ter o visto de permanência, imposta pelo Ministério do Exterior suíço.

Depois de quatro anos lá, Jaqueline voltou em 1994 e fundou o Chame em Salvador. Atualmente, a ONG faz parte de um projeto da Universidade Federal da Bahia e é subsidiada por entidades da Suíça, Holanda e Alemanha. No trabalho de prevenção ao tráfico, o Chame faz cursos de multiplicadores, nos

quais a primeira coisa esclarecida é que a migração não deve ser encarada como uma decisão pessoal. “O objetivo é explicar como funciona esse sistema que leva a mulher a sair de seu país. É falar da invisibilidade do trabalho feminino, sem tratar a mulher como vítima”, explica a coordenadora.

Se, de um lado, estas três ONGs estão mobilizadas, da parte do governo brasileiro não tem surgido nenhuma ação que ataque diretamente o tráfico de mulheres. Apenas medidas indiretas, como a campanha contra os turistas sexuais, lançada pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em janeiro de 1997. Com o mote “Cuidado. O Brasil está de olho em você”, a publicidade tinha por objetivo eliminar o comércio do sexo infanto-juvenil.

“É uma campanha neurótica. Este slogan é errado e não resolve o problema”, critica Cecy Prestrello, do Coletivo Mulher Vida. “Tinha que ser ‘Estamos de olho na gente’. O que a gente está fazendo pelas meninas para impedir o sexo turismo?”.

Vida nova: a chegada

O que acontece na noite

A primeira vez que vi Carolina não me passou pela cabeça que ela estava trabalhando como prostituta. Tampouco imaginava o que ela já tinha vivido para chegar ali. Ela tem uma carinha de menina, adolescente ainda, mal saída do colégio. Cristiano também se surpreendeu com isso, ressaltando a falta de sex-appeal. Ele tinha dúvida se ela agradaria os clientes austríacos. Carolina não tem a imagem de "brasileira típica", não é morena, não tem um "corpão", não faz o tipo "gostosa". Respondi a ele que talvez ela fizesse o tipo menininha, colegial.

Na hora da entrevista, ela já arrumada para ir ao trabalho, percebi que não era esse o caso. Ela estava produzida e fazia o papel de fêmea provocante pra cima de Cristiano. Ficava se insinuando e falando o que faria com ele. Eu esperava um pouco para começar a entrevista, mas como ela tinha horário, fomos para a cozinha conversar. Comecei perguntando sobre a vida na Áustria, as diferenças, o que estava estranhando. Percebi que ela estava ansiosa para falar. Até que perguntei o que ela fazia lá:

— Sou dançarina. Oficialmente.

— Você faz programa também?

— Faço.

A única pergunta que ela não quis responder foi por quanto tinha negociado sua virgindade. "Aí você quer saber demais", riu, meio sem graça. Senti que ela realmente ficou constrangida em falar isso. Eu também não sabia o que dizer. Faço outra pergunta e a entrevista continua. A vida também. (Diário de bordo)

Nove da noite é a hora de chegar na boate. A mulher começa a se produzir, vestir sua fantasia para os homens daquela noite. Às onze horas começam a chegar os primeiros clientes. Eles ficam nas mesas, bebendo uma cerveja de 12 dólares. Ou chamam uma das trinta mulheres da casa para dividirem uma champanha, que pode custar até 50 dólares. A cada bebida, aumenta um pouquinho o dinheiro que a mulher irá receber no final do mês.

No palco, elas se revezam. Os shows de *strep-tease* começam a despertar a fantasia dos homens. É a pantera, a sado-masoquista, a colegial, a loura fatal, a mulata brasileira, a gueixa de rosto tailandês. Todas têm as fotos anunciadas num painel do lado de fora da boate. E cumprem o que prometem. Fazem o show e esperam ser chamadas.

“Ninguém te obriga a nada. Você só vai para o quarto se quiser. A única obrigação é fazer o show”, afirmam Carolina e Paula. “Mas se o dono da boate percebe que você não vai com ninguém, ele te manda embora”, explicam. “Para ele, não há interesse nenhum em manter uma dançarina se os clientes não podem sair com ela”. Só para dançar, as casas pagam 3 mil dólares por mês.

Por noite elas conseguem ficar com três clientes, em média. Antes de ir para o quarto, já fica acertado entre os três – o cliente, a boate e a mulher – que o programa irá durar uma hora. “Eu fazia o máximo para passar o tempo. Levava os drinques para o quarto para brindar o encontro. Depois chamava ele para tomar um banho. Aí ficava naquela brincadeira. E o tempo passando. Íamos para a cama e depois da transa, falava pra ele que eu tinha que tomar outro banho. Quando via, já tinha passado uma hora” explica Paula. O máximo de clientes que Paula conseguiu foi sete numa noite.

Por uma hora de programa o cliente desembolsa no mínimo 2.500 xelins, moeda austríaca, o que corresponde a pouco mais de 200 dólares. Do total, cerca de 120 dólares são da casa e o restante da prostituta. O cliente paga primeiro à casa e vai com a mulher para o quarto. Lá eles acertam o valor, que pode chegar até a 160 dólares pelo programa. Ou mais.

“Na minha primeira noite ganhei mil dólares. Fiquei tão feliz que pensei: por que eu não comecei antes?”, lembra Ângela. Foi a única vez que ganhou tão bem. Mas isso não a fez desistir. Ficou um ano e oito meses, mudou duas vezes de boate, na esperança de conseguir um cliente tão generoso quanto o primeiro.

Num mês bom dá para tirar até 8 mil dólares, segundo Paula. Ela e Carolina não concordam numa coisa: se quem ganha mais é a novata ou a veterana. Paula acha que ganha melhor quem está há mais tempo e tem mais experiência para levar o trabalho. Carolina acha que não. “Os homens são curiosos para conhecer as novidades da casa”.

O trabalho na noite é de certa forma sazonal. A melhor época é o inverno. “No verão, as pessoas ficam mais tempo ao ar livre. Os homens vão para os bares, enchem a cara e gastam todo o dinheiro que poderiam deixar na boate”, explica Paula.

As casas

Innsbruck é uma cidade austríaca que fica na região do Tirol. Recortada pelo rio Inn, a cidade é cercada pelos Alpes, com montanhas cobertas de neve o ano inteiro. O inverno dura longos quatro meses. O verão é curto, intenso. A cidade se enche de turistas, vindos de toda a parte do mundo. Eles circulam na cidade velha, que é repleta de construções medievais, bem conservadas. Estas abrigam inúmeras lojas de suvenires, cristais, restaurantes. O ponto culminante de um *city-tour* é o famoso telhado de ouro. Todo sábado, vários casamentos são realizados naquele cartório que tem um telhado histórico. Muitos duvidam que seja realmente de ouro. Mas isso não impede de ser um dos pontos mais fotografados.

Essa mesma cidade que atrai turistas foi um dos destinos de prostitutas brasileiras, que lá chegavam como turistas. Até 1993, a lei ainda não impedia essa aventura. Na cidade, há quatro estabelecimentos onde acontece a prostituição. Um deles ganhou das brasileiras o apelido de “puteiro oficial”. A casa é a única que tem autorização do governo para explorar a prostituição. O puteiro paga impostos, registra as prostitutas, não tem bar nem oferece shows, mantém

apenas os quartos, onde os programas de 30 minutos são realizados. “É onde se ganha mais dinheiro, mas também a mulher se arrebenta toda” explica Paula. Por ter controle oficial, as casas são proibidas de contratar estrangeiras em situação ilegal.

Sobrava para a brasileira batalhar um contrato de dançarina numa das três boates. Financeiramente, não faz a menor diferença trabalhar em uma ou outra casa. Todas elas pagam a mesma quantia. O diferencial entre as boates é o nível. Isso é determinado pela decoração, preço das entradas e das bebidas, qualidade dos shows. Não é só pela aparência: o nível da boate define também o nível do cliente que a frequenta.

De um modo geral, a regra é a mulher ficar pouco tempo numa casa, aproximadamente três meses. Mas depende do lugar. Paula, por exemplo, ficou dois anos numa boate em Salzburgo e um ano e meio em Innsbruck. Quem fica mais tempo na casa acaba criando artimanhas, conquistando clientes fixos ou mostrando um serviço diferente, mesmo que não haja concorrência entre as trinta mulheres. “Tem mulher que beija na boca, que transa sem camisinha, que senta no colo e deixa o homem passar a mão, no salão”, diz Paula.

“Isso eu nunca fiz para ter cliente fixo” explica ela. Quanto a transar sem camisinha, é compreensível a recusa: o medo da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis. Agora, aquela imagem de que a prostituta chega, se oferecendo no colo, cai por terra quando Paula explica porque não concorda com essa estratégia. “O cara fica excitado com a mulher no colo, vai no banheiro, se masturba e resolve o problema. Aí é perda de tempo e de dinheiro pra garota”, diz Paula.

Ao contrário do que se diz, o motivo de Paula não beijar na boca não é por medo de se apaixonar. Para ela, isso é folclore. A razão é outra. “Quem beija na boca é porca. É sinal de sujeira. Tem cara que a primeira coisa que faz contigo

é cair de boca na tua vagina. Outros pedem cada coisa que você fica com nojo de beijar qualquer um. Não dá”, justifica.

Os clientes

“Eles entram no quarto, deitam na cama e ficam esperando que você pegue nele e faça tudo. Eles pensam assim ‘estou pagando, ela que trabalhe’”, descreve Paula. “Eles são muito diferentes dos brasileiros. São frios demais”, completa Ângela. Na hora de definir seus clientes, as duas concordam nesses pontos. A divergência começa quando elas tentam explicar uma característica da maioria dos clientes: por que homens casados procuram as prostitutas?

“Um homem normal não paga para ter sexo. Eles têm problemas em casa e aí procuram alguém para ajudá-los” explica Paula. Para ela, a prostituta age um pouco como psicóloga, resolvendo problemas afetivos e curando a infelicidade que eles vivem na cama, com suas esposas. “A mulher precisa ser alegre, levantar o astral, fazer o que a esposa dele nunca faria” diz Paula.

“Eles querem é esvaziar o saco, só isso”, diz Ângela. Ela acha que os clientes não estão atrás de nenhum tratamento psicológico. “Depois que vim pra cá descobri como homem é vagabundo” afirma. “Eu entendo o que eles sentem em relação a outras mulheres porque eu mesma sinto vontade de ter outros homens”.

De um lado as mulheres ficam pensando nos motivos por que os homens vão às boates. De outro, os homens sempre perguntam o que elas fazem lá, também. “Alguns sentem pena da gente. Outros dizem que gostariam de tirar a gente da vida”, afirma Paula. Ela e Ângela conseguiram encontrar homens que não ficaram só nas palavras.

Mas na maioria das vezes, o envolvimento fica só nisso. Raramente a mulher tem orgasmo. Paula acha que o bom é tentar não gozar no começo da

noite. “Quando isso acontece, a gente fica mole, sem vontade de fazer mais. Mas é muito raro acontecer”. Um dos motivos, para Ângela, é que não há atmosfera para isso. Os homens não têm a preocupação de satisfazer a mulher, então a relação para ela está sempre ligada ao dinheiro. “Na hora da transa, ficava lembrando quem pagou mais, quanto tinha ganho até aquela hora, o que eu ia fazer com o dinheiro, essas coisas”.

Obviamente não foi assim quando Ângela se apaixonou por um cliente. O rapaz jovem, bonito, sempre aparecia na boate para ficar com ela. “A gente foi se envolvendo. Ele se apaixonou por mim também. Eu ficava só esperando que ele quisesse namorar, morar juntos, quem sabe até casar. Fazia planos de sair da noite e conseguir um emprego como garçonete. Mas ele nunca mais apareceu. Alguns meses mais tarde soube que ele tinha se casado. E eu continuei na noite”.

Os pedidos absurdos

O risco de se apaixonar pode ser visto até como o lado bom, se comparado a algumas situações em que a mulher acaba se submetendo. Na ânsia de ganhar dinheiro, algumas topam participar das fantasias sexuais de clientes, que podem ser simples brincadeiras ou verdadeiros distúrbios emocionais. Dessas relações sobram a repulsa, o nojo, a vontade de esquecer.

A experiência mais comum das mulheres é com o homem que adora apanhar. Ângela conta que no começo achava estranho. Depois até se divertia com essa fantasia. “Ele tirava a camisa, pegava o cinto e pedia para ser batido até ficar com marcas de sangue. E eu dava nele”, conta Ângela. “Era bom que não precisava transar. Só ficar batendo”, afirma.

Paula, Ângela e Carolina dizem que nunca foram agredidas fisicamente pelos clientes. “Se isso acontecer, eu processo o cara. Aí ganho uma grana a mais”, brinca Carolina.

Outro caso aconteceu com uma colega de Paula, brasileira também. Um homem chegou com uma mala, abriu e pediu para a moça vestir a roupa que estava dentro: era um vestido de noiva preto. Ela vestiu e eles fizeram sexo. “A menina ficou impressionada com esse cara. Também, né? Fazer papel de noiva falecida...”, comenta Paula.

Uma vez, Paula foi chamada para atender um casal. Primeiro, a mulher colocou um cinto de castidade no marido. Depois, pediu para Paula se deitar na cama de bruços. A mulher começou a fazer massagem nas costas de Paula, enquanto o homem assistia a tudo, sentado numa cadeira. Passado alguns momentos, ele se levantou e enfiou o punho na vagina da mulher. “Eu fiquei com muito nojo daquilo”.

Teve um homem que perguntou educadamente se ela podia fazer xixi na boca dele. Ela ficou surpresa, mas respondeu que sim. Fez xixi e ele bebeu tudo. “Depois disso, como é que dá pra beijar esses caras na boca?” pergunta Paula.

“Mas o mais absurdo que eu peguei foi um homem que chegou com uma maleta no quarto. Ele pediu um vinho. Abriu a maleta, tirou um funil e uma mangueira e os encaixou. Enfiou a mangueira no ânus e pediu que eu despejasse o vinho no funil”, comenta Paula, com nojo. “A noite tem dessas coisas”.

Os riscos de trabalhar na noite

A pior humilhação para uma prostituta no exterior é o de ter que voltar para casa pelas mãos da polícia. O risco de chegar sem dinheiro no bolso e encarar a família, os amigos diante de um problema de dimensões internacionais é algo temeroso. Por esse motivo é que muitas se submetem à proteção dos cáftens.

Eles proporcionam à estrangeira a situação legal de moradia no país. Mas alguns cobram caro por isso. “Uma tailandesa casou-se com um austríaco para

conseguir trabalhar na noite. Ela trabalhava o mês inteiro, ele chegava dois dias antes do pagamento e levava tudo. Dava 500 dólares para ela se virar durante o mês e o resto torrava. O cara ficava o dia inteiro assistindo TV, tomando cerveja, e ela lá, sustentando. Até que o dono da boate teve pena e a escondeu. Deu dinheiro para ela viajar. Acho que ela voltou para a Tailândia”, conta Ângela.

Manter distância dessa figura é até motivo de orgulho para as mulheres. Ao contrário da maioria das que trabalham nas boates, Paula, Ângela e Carolina não dependeram de cântens para trabalhar. Pelo menos para Paula, isso proporcionou uma relação diferente com seu marido. “Ele sabe que eu estou aqui por mérito próprio, que não dependi de ninguém para vir. Se quiser, saio de casa a qualquer momento. A relação é muito melhor”, justifica Paula.

Mas o risco de ser explorada não é o único. Há ainda o contato permanente com o álcool e a proximidade das drogas. No primeiro caso, o álcool faz parte do trabalho e as mulheres ganham um percentual do que o freguês consome na boate. Geralmente é 10%. As que querem ganhar mais, bebem mais. É tentador: uma garrafa grande de champanha custa mais de 50 dólares. Carolina diz que só com o dinheiro das bebidas é possível pagar todas as despesas do seu apartamento, que giram em torno de mil dólares.

Há outra versão para o alcoolismo, que não exclui a anterior. A falta de auto-estima é o principal motivo para a mulher manter contato com o álcool, segundo a conselheira do consulado brasileiro em Zurique, Cida Von Felte. Ela presta um serviço de assistência social para prostitutas brasileiras e constatou como funciona essa válvula de escape. “Elas chegam para trabalhar aqui na Suíça, logo percebem que são diferentes e não são bem aceitas. Geralmente são morenas e se sentem discriminadas pelos europeus. E os brasileiros que estão aqui querem manter distância delas”.

“O perigo está na cabeça das mulheres”, resume Paula. E drogas? Claro que existem. Paula, que trabalhou três anos e meio na noite, sempre teve ao

alcance cocaína para ajudá-la em seus shows. Mas optava por não usar. “O próprio chefe oferece. A maioria dos donos de boate estão envolvidos com máfia e tráfico de drogas” afirma Paula. Ângela conclui: “Tem droga, tem bebida, tem tudo isso, mas a gente só entra nessa se quiser. O que vicia é o dinheiro. Quanto mais a gente ganha, mais quer ganhar”.

O que fazer com o dinheiro

O plano tinha tudo para dar certo: Paula trabalharia dois anos, juntaria dinheiro e montaria um negócio no Brasil. E deu certo. Ela comprou uma casa, que deixou com sua irmã. Montou um bar para o seu irmão tomar conta. Depois era esperar e colher os frutos do investimento. Azar da família para os negócios? Talvez. O irmão deixou o bar falir. Não levava muito a sério que Paula iria voltar. Depois, a família ficou sem dinheiro e teve que vender a casa para pagar dívidas. E esse foi o fim de três anos e meio de trabalho duro na Europa.

“O que eu consegui até hoje meu pai não teve a vida inteira”, diz Ângela. Ela teve mais sorte que Paula: tem hoje duas casas em Goiás, para onde não sabe se vai voltar um dia. Os bens materiais de Ângela impressionaram sua sobrinha Carolina. Tanto que é o que pretende fazer com o dinheiro que está guardando. “No Brasil, só com, no mínimo, 25 anos é que alguém consegue ter uma casa. Eu tou com 18 anos, novinha, e se quiser ano que vem já compro uma pra mim”.

A vida de dia - convivência social

Jovens, bonitas e endinheiradas. Fora da boate, numa mesa de bar, demonstram alegria e parecem se orgulhar da descontração “tipicamente brasileira”. Riem, falam alto, ficam se insinuando aos homens das mesas ao lado.

alcance cocaína para ajudá-la em seus shows. Mas optava por não usar. “O próprio chefe oferece. A maioria dos donos de boate estão envolvidos com máfia e tráfico de drogas” afirma Paula. Ângela conclui: “Tem droga, tem bebida, tem tudo isso, mas a gente só entra nessa se quiser. O que vicia é o dinheiro. Quanto mais a gente ganha, mais quer ganhar”.

O que fazer com o dinheiro

O plano tinha tudo para dar certo: Paula trabalharia dois anos, juntaria dinheiro e montaria um negócio no Brasil. E deu certo. Ela comprou uma casa, que deixou com sua irmã. Montou um bar para o seu irmão tomar conta. Depois era esperar e colher os frutos do investimento. Azar da família para os negócios? Talvez. O irmão deixou o bar falir. Não levava muito a sério que Paula iria voltar. Depois, a família ficou sem dinheiro e teve que vender a casa para pagar dívidas. E esse foi o fim de três anos e meio de trabalho duro na Europa.

“O que eu consegui até hoje meu pai não teve a vida inteira”, diz Ângela. Ela teve mais sorte que Paula: tem hoje duas casas em Goiás, para onde não sabe se vai voltar um dia. Os bens materiais de Ângela impressionaram sua sobrinha Carolina. Tanto que é o que pretende fazer com o dinheiro que está guardando. “No Brasil, só com, no mínimo, 25 anos é que alguém consegue ter uma casa. Eu tou com 18 anos, novinha, e se quiser ano que vem já compro uma pra mim”.

A vida de dia - convivência social

Jovens, bonitas e endinheiradas. Fora da boate, numa mesa de bar, demonstram alegria e parecem se orgulhar da descontração “tipicamente brasileira”. Riem, falam alto, ficam se insinuando aos homens das mesas ao lado.

Elas evidenciam um profundo desprezo para com as mulheres locais: “Que gorda, que biquíni horroroso”. É uma sensação de superioridade em relação às européias, que é estimulada pelo fato de fazerem tanto sucesso com a clientela das boates, a maioria homens casados.

Nas pequenas atitudes, há sempre a lembrança de que elas são pessoas especiais, que circulam em ambientes vedados às mulheres ‘normais’ e que estabelecem uma relação diferente com os homens. Na forma de expressão, o corpo desempenha um papel importante. Há sempre um clima de sedução.

“Num dia de sol na Áustria, encontro marcado no lago de Innsbruck, Ângela foi de shortinho azul, de lycra, curto, mostrando o corpo bem torneado e um bronzeado que estava começando a cultivar. O lugar estava cheio. Ela seguiu até a mesa de brasileiros, virou-se de costas para os ocupantes e tirou o shortinho. O pessoal riu e passou a comentar sobre o seu biquíni fio dental. Ângela sorria com satisfação. Os homens que estavam por perto viraram para vê-la. Enquanto isso, na mesa ao lado, uma austríaca fazia top less. Conversava naturalmente com dois rapazes e uma moça que estavam lá e não despertava atenção das outras mesas”. (Diário de bordo)

No campo das amizades, entre as brasileiras há um vínculo que mistura um pouco de dependência e uma boa dose de falsidade. “Rola muita fofoca”, diz Fernanda, que mora na Áustria há sete anos. “Não dá pra confiar em brasileira. Um dia aparece uma pedindo ajuda, querendo que eu escute os problemas e dê conselhos”, explica Fernanda. “Depois fico sabendo que essa mesma pessoa fica fofocando sobre a minha vida. Eu não quero amizade com esse tipo de gente, não”.

Foi só Fernanda se ausentar um pouco da mesa para a roda de conversa confirmar a sua opinião. No bar em que ela e seu marido mantêm em Innsbruck, surgiram alguns boatos sobre o seu passado. Se ela estivesse presente, certamente iria contestar a informação de que costuma passar três meses por ano na praia de Boa Viagem, retomando sua antiga atividade.

Enquanto elas são abertas a falar da vida alheia, mudam de assunto quando a pergunta é sobre elas próprias. A principal razão é o medo de que a família que está no Brasil descubra. Outro temor é o de que, de alguma forma, a polícia fique sabendo e aconteça a deportação. Por trás desse silêncio também pode haver uma figura masculina, o cáfeten. A informação mais freqüente que elas passam é que vivem bem, já se acostumaram com as diferenças e que, apesar da saudade, é muito difícil voltar ao Brasil.

“As brasileiras aqui na Áustria ficam se enganando. Todas as que você encontrar aqui vão dizer que a vida é uma maravilha, que tudo é organizado, limpo, que elas podem comprar de tudo, enfim, estão numa boa. Mas quando elas começam a beber um pouco, logo passam a reclamar que o povo é frio, que tudo é triste, que elas não são felizes aqui”, Fernanda, que está há sete anos na Áustria.

As outras brasileiras na Europa

Há uma sensação de hostilidade entre um grupo de brasileiras em relação a outro na Europa. De um lado, as aventureiras, que toparam trabalhar na noite, correndo os riscos, vivendo as alegrias e as tristezas da escolha. No campo oposto, as brasileiras que foram trabalhar num serviço mais convencional e que, mesmo assim, sofrem no cotidiano o estigma de ser estrangeira e vistas com ambigüidade pelo europeu.

“Eu não quero ter contato com essa gente. Se no Brasil eu não tenho contato, por que teria aqui? Só por que é brasileira?”, explica Helena. Ex-professora, ela casou-se com suíço e mora lá há seis anos, trabalhando como vendedora. Ela faz questão de não participar das festas promovidas pelo clube brasileiro de sua cidade. São nesses eventos que as garotas de programa encontram uma chance de ter uma vida social mais parecida com a que tinham no Brasil. Mas Helena tem suas razões para se afastar: ela é morena, jovem, baixinha, tem cabelo crespo, enfim, o estereótipo da mulher brasileira que migra para trabalhar nas boates. Chegou até a ser confundida na rua com uma delas.

A atitude de Helena mostra que a separação dos brasileiros lá fora acontece de forma natural. Funciona como uma estratégia de adaptação ao lugar. Além da questão moral, o principal motivo da indisposição de um grupo contra o outro é o olhar do europeu sobre as brasileiras.

“Ainda bem que eu sou loura”, afirma Sandra, 27 anos, que vive há nove anos na Noruega. “Quando eu falo para as pessoas que sou brasileira, elas não conseguem me encaixar naquele estereótipo da morena do carnaval, que elas vêem na televisão”, explica.

“Um dia, eu e meu namorado fomos ao McDonald’s. Fazia pouco tempo que eu estava na Áustria. Na fila, eu era a única negra. Eu sentia que todo mundo estava me olhando. Comecei a passar mal, com vontade de vomitar. Era como se as pessoas me pressionassem contra uma parede. Desmaiei no meio da lanchonete”, Rose, 28 anos.

Existe hoje na Europa uma forte disseminação de um sentimento anti-migrantes, especialmente os de países onde há desigualdades sociais. Em alguns lugares, como na Suíça, segundo informações do FIZ (Centro de Informações para Mulheres), uma estrangeira de pele escura é associada a uma prostituta ilegal, sem direitos e sem autonomia para se defender.

Rose passou também por essa situação. Uma manhã, estava esperando o ônibus que a levaria para o trabalho. Perguntou as horas a um homem que estava ali perto. A resposta a deixa com raiva até hoje. “Ele achou que eu estivesse perguntando algo como ‘está na hora de ir para cama?’, e ficou se insinuando para cima de mim. Isso às nove horas da manhã!”, conta Rose.

“A ingenuidade de acreditar que todo o europeu procura nas brasileiras a beleza exótica e tropical de peles morenas e bronzeadas ou a sensualidade dos movimentos rítmicos do samba é muitas vezes um engano grave. Este tipo de pensamento ignora um componente sem o qual é impossível ter uma visão real do comportamento do europeu em relação aos estrangeiros(as): o racismo”. Dossiê Suíça, Jaqueline Leite - FIZ - Chame.

Igualdade e diferenças

Nessa estratégia de autodefesa, com a tentativa de adaptação ao local, a discriminação aparece até mesmo dentro de grupo onde convivem brasileiros. Um exemplo aconteceu na Áustria, em uma comunidade das pessoas que migram de Treze Tílias, cidade catarinense de colonização austríaca. Num bate-papo com Jussara, 22 anos, é fácil perceber um certo ressentimento em relação à comunidade. Morena, cabelos escuros, nascida no Recife, Jussara enfrentou uma situação difícil quando se mudou para a Suíça, aos 18 anos. Tinha terminado o 2º. grau e se preparava prestar vestibular. Antes, queria passar seis meses estudando alemão na Suíça, morando na casa de uma amiga de sua mãe.

Foi um choque, não só cultural. Assim que chegou lá, conheceu o brasileiro Francisco, descendente de austríacos, vindo de Treze Tílias para trabalhar na Suíça. Eles começaram a namorar. Quando completou um mês que Jussara estava na Europa, ela descobriu que estava grávida. Três meses depois, estavam casados.

Recém saída da adolescência, cheia de planos para o futuro, Jussara sentiu as mudanças. Ia ser mãe e se casaria com um rapaz que tinha conhecido havia quatro meses. A primeira dificuldade foi enfrentar os brasileiros de Treze Tílias. “Esse povo fala muito. Aqui eles fofocam tanto da sua vida, coisas que você nunca pensou em fazer. Quando eu fiquei grávida, disseram que tinha trazido do Brasil”, diz Jussara. A família do rapaz acreditou nessa versão e passou a rejeitá-la.

O tempo passou. Sua filha tem hoje três anos. A relação com os sogros melhorou, mas Jussara ainda se sente discriminada. “Eu sofro preconceito de tudo quanto é lado. Dos europeus, por ser brasileira, escurinha. Do pessoal de Treze Tílias, por não ser de lá, nem viver como eles. E se o pessoal do Recife descobrir o meu trabalho aqui, serei também discriminada”, diz Jussara. O

trabalho? Nada além de uma inocente função na cantina de uma fábrica de chocolates.

Jussara e Francisco têm planos de voltar para o Brasil. Mas não para morar em Treze Tílias. Uma das razões é que ela não iria se adaptar à vida no interior de Santa Catarina. “Acho que sou mais avançada que eles. Eles são cheios de preconceitos. Esses que moram aqui não admitem, mas são muito parecidos com os europeus”, diz Jussara. “Se é para ir pra Treze Tílias, prefiro ficar aqui na Áustria. Pelo menos a gente entende por que o pessoal daqui é racista. Lá, não dá para aceitar” completa.

Além do racismo: a “mulher brasileira”

Mariana tinha saído da aula de alemão, que começara havia duas semanas em Lucerna, na Suíça. Esperava o ônibus para casa. Conferiu na tabela de horário e viu que tinha dez minutos para ficar ali. Junto a ela, havia um rapaz, parecia ser turco. Começaram a conversar, para passar o tempo. Uma ótima oportunidade também para exercitar a língua que estava aprendendo. As perguntas clássicas, qual é o seu nome, de onde você é...

— Sou brasileira.

Os olhos do rapaz mudam.

— Você gosta de andar no parque? - ele pergunta.

— Sim, gosto.

— Vamos?

Mariana fica confusa. “Você gosta ou você gostaria?”, pensa.

— Olha, acho que eu entendi errado. Pensei que você tinha perguntado se eu gostava de andar no parque. Eu respondi que sim. Mas eu não gostaria de andar no parque, nem agora, nem com você.

Por sorte, o ônibus dele tinha chegado. Ele se foi, mas a mistura de medo e indignação ainda continuava ali.

Olhando para Mariana pela primeira vez, é fácil confundir-la com uma mulher européia. Gaúcha, descendente de alemães, ela é loura, tem olhos azuis, faces rosadas. Não é o estereótipo da mulher brasileira, a imagem da mulata de biquíni que invade televisões do mundo inteiro durante o carnaval.

Em alguns países europeus, uma mulher que diz ser brasileira é tomada como uma pessoa aberta, sensual, quente, bem disposta ao sexo. Nem podia ser diferente. Os elementos que identificam o Brasil no exterior são a Amazônia, Rio de Janeiro, futebol, crianças de rua, carnaval, mulheres sensuais. Além da questão racial, há outro motivo para que os europeus vejam os brasileiros de forma tão distorcida. O problema é a imagem que eles vêem.

A culpa é de quem ?

Essa é uma pergunta que os brasileiros sempre tentam responder quando o assunto é a imagem do Brasil. Embora apontem caminhos diferentes, as respostas dão indícios de que a imagem do Brasil e dos brasileiros incomoda os que vivem no exterior.

Em relação ao país, de um modo geral, o brasileiro no exterior se vê numa mistura de vergonha e orgulho do Brasil. O orgulho aparece na imagem construída e recorrente de que o brasileiro é um povo alegre, aberto, espontâneo e que sabe aproveitar a vida. Um contraste com o europeu melancólico, sisudo, que só vive para o trabalho. É esse mesmo europeu que parece culpá-lo da violência, das injustiças sociais, da falta de responsabilidade com as questões ecológicas.

Para Joana, que vive há três anos na Suíça, a culpa da imagem negativa do Brasil é da imprensa. “Eles só querem mostrar o que a gente tem de ruim. Eu fico irada com isso. Um dia, na escola que eu estudo, uma pessoa me perguntou por que existem meninos vivendo na rua. Não soube responder direito”, diz Joana. “Mas sei que o Brasil não é só isso. Parece que eles (a imprensa) não querem que as pessoas daqui conheçam o Brasil, pois se conhecessem, não voltariam mais para a Europa”. Há ainda outro enfoque: “Quando não é coisa

ruim, é baixaria. O pessoal acha que o Brasil é só carnaval, que o povo não trabalha, fica transando o dia inteiro”, completa Joana.

Uma prova do que Joana disse apareceu na última visita do papa ao Brasil. O jornal inglês *Daily Telegraph* noticiou que mais de 120 motéis estariam fechados em respeito à Santidade, por determinação da igreja. Na realidade, apenas um motel, que ficava próximo ao lugar onde o papa iria rezar a missa, estaria alugando seus quartos aos peregrinos.

Mas passando ao largo de uma discussão ampla sobre o papel do jornalismo ou a ideologia dos meios de comunicação, é interessante ver como a imagem do Brasil atinge os brasileiros no seu dia-a-dia lá fora. Mais ainda é entender qual é a imagem da mulher brasileira e como elas se sentem em relação a essa representação.

Além da mídia, há outras culpadas: as próprias brasileiras. “Elas fazem o maior escândalo aqui. Casam com os europeus, saem com outros homens, é uma baixaria. Quem fica numa situação ruim é a mulher que não é assim, porque as pessoas aqui pensam que toda brasileira é ou já foi puta”, diz Helena, que vive na Europa há seis anos.

Jussara tem opinião diferente: a culpa é dos próprios homens europeus. “Eles vão pegar no Brasil o que tem de pior”. Ela diz que nunca teve problema de assédio por parte dos homens. “É que eu não dou brecha pra isso. Faço questão de ficar bem séria porque eu sei o que esse povo pensa das brasileiras”. Quando ia se casar com um brasileiro, na Áustria, Jussara não teve muito apoio de suas conterrâneas do Recife. “Elas falavam que eu era boba de me casar com o Francisco. Para elas, eu deveria me casar com um europeu, pois, além de ter um pai para a criança, poderia traí-lo à vontade”.

No Brasil, o próprio governo se encarregou em oficializar a imagem da sensualidade da mulher brasileira. Até o começo da década de 90, esse era um dos retratos que saía do país, através das propagandas da Embratur (Instituto

Brasileiro de Turismo). No primeiro semestre de 1997, o órgão lançou uma campanha ressaltando as belezas naturais do Brasil, a fauna e flora, investindo claramente no turismo ecológico. Sem dúvida são imagens bonitas e exóticas, até para olhos de muitos brasileiros, que estão mais acostumados a ver na mídia os rebolados das lourinhas e das mulatas.

A mudança da imagem de um país não é coisa que dependa só de decisões palacianas. No mercado do turismo não é só a Embratur que cria imagens. Para citar alguns exemplos, existem as agências de turismo que fazem seus próprio panfletos, as editoras que fazem guias para o público masculino, a mídia, que todo ano mostra ao mundo o carnaval e escolhe pautas que reforçam a idéia.

No cotidiano, os próprios brasileiros tiram proveito do mito da mulata tipo exportação. Exemplo disso foi uma festa brasileira promovida por um funcionário da embaixada brasileira em Praga, República Tcheca, em junho deste ano. No cartaz promocional, espalhado pela cidade inteira, a velha imagem conhecida: uma morena na praia, de costas, usando um biquíni fio dental.

Aproveitando a onda da mulata, a paraibana Fátima aprendeu a sambar na Noruega. Viu na dança uma oportunidade de se entrosar na comunidade brasileira e de diminuir o choque na adaptação no país. Fátima é casada e no tempo que sobra entre os serviços domésticos, o curso de administração bancária e as aulas de dança, ela ensaia há quatro anos com um grupo de brasileiras, todas casadas também. É um grupo de sambistas, 'mulatas', que faz shows em Oslo, nas festas brasileiras, promovidas em hotéis e clubes. Se no começo da carreira era o marido que insistia para que ela participasse do grupo, hoje é Fátima quem não quer parar. Para ela é um bom negócio.

A decisão: ficar ou voltar para o Brasil

A saída

Tinha tudo para ser uma noite como outra qualquer na boate. Paula já havia feito o show e o primeiro homem a chamá-la à mesa foi um conhecido cliente, o Hans. Ela sentou, ele pediu uma bebida e os dois ficaram conversando. De repente, aconteceu. Começaram a entrar os policiais. Eram muitos e traziam cães que farejavam drogas. Alguns homens começaram a prender as pessoas que estavam no salão. Outros foram para os quartos e de lá traziam mulheres, que iam se vestindo pelo caminho. Somente os clientes ficaram de fora da busca. O resto iria para a delegacia de polícia. Lá, as dançarinas estrangeiras tinham que comprovar um visto de permanência. As que foram tiradas dos quartos, onde faziam sexo com os clientes, seriam presas. A boate não tinha permissão de funcionar como um bordel. Paula ficou apavorada. Ela contou mais de 60 policiais. Mostrou seu documento, que comprovava a situação legal na Áustria. No meio do turbilhão, uma surpresa: Hans ficou o tempo todo do seu lado. Na delegacia, ele chegou a assinar um termo se responsabilizando por Paula. O motivo da busca nem era a caça a estrangeiras ilegais. O problema era que um parceiro não estava recebendo o dele: o Estado. Fazia meses que a casa não pagava impostos. Foi assim que Paula, aos 28 anos, saiu da noite e começou uma relação com Hans.

Em setembro fez três anos que essa cena aconteceu numa boate de Innsbruck. Foi uma virada na vida de Paula. Ela e Hans passaram a morar juntos. No ano seguinte, Paula convidou a filha para passar um tempo com eles. A menina, que estava com 12 anos, poderia voltar ao Brasil na hora em que quisesse. Mas resolveu ficar com a mãe.

Paula voltou a trabalhar com roupas, numa fábrica têxtil em Innsbruck. Desta vez não como estilista, mas como operária. Ganha hoje um terço do que ganhava na noite só para dançar: 1.100 dólares por mês. Mas não se afastou totalmente da vida nas boates. Nas horas de folga, ela inventa e costura fantasias,

que vende para as dançarinas fazerem os shows. Esse trabalho tem rendido a Paula o mesmo valor que ganha na fábrica.

Ela sabe que vai ser difícil voltar a ganhar o que ganhou. “A maioria das mulheres que saíram sente vontade de voltar, por causa do dinheiro”, explica Paula. “Eu mesma só saí por medo de perder o visto. Quanto mais está ganhando, mais quer continuar”.

Voltar para a boate? Essa possibilidade tem um ar de tentação. Ao mesmo tempo em que se imagina voltando, Paula reflete sobre os problemas que hoje a impedem. Um deles é a filha, que mora com ela, sabe de tudo o que passou e se esforça para esquecer. Outro motivo é em consideração a Hans. O terceiro é que está fora de forma. “Eu engordei muito. Se quisesse voltar, teria que fazer regime”, afirma.

A entrevista com Paula foi cercada de um clima de repressão, tabu, como se o assunto já devesse ter sido esquecido e que uma intrometida (eu) vem e traz tudo à tona. Isso era perceptível na relutância inicial de Paula em conversar comigo, além do medo que ela demonstrava de seu marido descobrir sobre o que estávamos conversando. Mais ainda, a cobrança que a filha de Paula fazia, a todo momento, para que parássemos e voltássemos para o churrasco (a gente conversava na cozinha):

— Ele sabe que a senhora tá falando sobre isso? - diz a menina.

— Não, nem desconfia. Não fala nada, não. Volta pra lá - responde Paula.

Numa das vezes, a menina, que tem 14 anos, perguntou se a mãe estava chorando. Ela prontamente disse que não. Outra hora ela teve que interromper, voltar e conversar um pouco com o marido, “senão ele fica desconfiado”.

Em nenhum momento, Paula continuou a conversar comigo na presença da filha. Sempre esperava que ela saísse ou mudava bruscamente de assunto quando ela aparecia. É um conflito que Paula está enfrentando em sua própria casa. Todos querem esquecer.

Talvez seja por isso que no final ela se abriu de tal forma que passou até a recriminar o comportamento de Ângela, que é bem mais liberada e não demonstra sentir culpa do passado e do relacionamento com sua família (ela quase não falou da filha que ficou no Brasil). Quando estava indo embora, Paula comentou comigo sobre o comportamento de Ângela: “você viu como ela é diferente, não viu? Ela não pensa muito, não”. (Diário de bordo)

Mais que o amor

A decisão por largar a noite sempre é acompanhada por um motivo forte. Com Paula, foi uma situação limite. Com Ângela, foi um homem. “Conheci meu namorado na boate. Já tinha transado com o primo dele, com o amigo dele e depois transei com ele. Um dia, ele chegou e falou que estava apaixonado. Aí eu parei de ir pra boate, fui trabalhar numa lanchonete e estou com ele até hoje”. Só que nesse meio tempo, eles brigaram, ela voltou para a noite e saiu de novo. Três vezes. “Se eu pudesse ter namorado e continuar, eu continuava na noite”, explica Ângela. “Eu gostava de estar lá, dançando. Lá, eu me sentia a gostosa, a poderosa”.

Ela faz as contas. “Eu e meu namorado juntos conseguimos ganhar por mês US\$ 5 mil. Ele está construindo uma casa pra nós e quando ficar pronta vai estar valendo US\$ 50 mil. É mais ou menos o que eu ganharia se tivesse trabalhando na boate, com a vantagem de estar só com ele”, raciocina Ângela.

Os homens nesta história

O homem é, de certa forma, a tábua de salvação para quem quer sair da noite e ficar morando na Europa. É ele quem vai dar um caráter legal na situação da mulher no país. Ângela e Paula contam o lado bom da história. Elas não dependeram de homens para entrar no país nem para trabalhar nas boates. Com os atuais maridos, a relação é de afeto e, mesmo dependendo deles para o visto de permanência, elas afirmam que não há submissão.

Outras não têm essa sorte. Quando, em todo o processo de migração, há uma relação hierárquica, a mulher sempre tem de se submeter às regras impostas pelo homem. Ela está numa situação ilegal, não conhece a língua, as leis, enfim,

não têm referências no país. Para sair desse mundo, algumas passam por situações complicadas.

“Aos 27 anos, com dois filhos pequenos que sustentava sozinha como comerciária em Salvador, Ana foi apresentada a um suíço que lhe prometia um trabalho bem remunerado em seu país como dançarina. Assim, ganhou a passagem de ida e, quando chegou em Zurique, alguém já esperava para levá-la ao novo local de trabalho, a alguns quilômetros da cidade. Só quando chegou ao cabaré é que ficou sabendo da exigência de fazer streap-tease e se prostituir, se abordada por algum cliente.

Ao recusar essas imposições durante três dias seguidos, a briga com o patrão acarretou na perda do emprego e, conseqüentemente, casa e comida. Estavam apenas começando os problemas de mais uma brasileira na Suíça. Durante a briga, um dos clientes do cabaré decidiu hospedá-la em sua casa, o que, através de gestos, ficou claro que seria a única saída. Aceito o convite, Ana, já instalada na casa de seu protetor, chegou a ser violentada, além de sofrer outros tipos de agressões físicas, que a levaram a fugir na madrugada à procura de uma estação de trem que a tirasse daquele lugar.

Conseguiu, chegou à estação, mas não havia mais trens. Como único abrigo para se proteger das temperaturas negativas do inverno suíço, encontrou uma cabina telefônica, onde resolveu passar a noite. O que ela não poderia imaginar e só veio a saber semanas depois é que o seu suposto protetor, após a fuga, ligou para a polícia, avisando que havia “uma negra louca” na ferroviária.

Esta denúncia bastou para que os policiais, ao encontrarem a estrangeira dormindo na cabina, a levassem diretamente para o manicômio. Lá, Ana ficou durante 15 dias, sem ter com quem falar na sua língua para explicar o que lhe aconteceu. Só após este prazo, a administração do manicômio verificou o passaporte de Ana e contatou o FIZ. Após esclarecer que não se tratava de uma louca, mas de uma pessoa que não falava o alemão, a entidade conseguiu uma passagem de volta para o Brasil. Durante todo o período no manicômio, Ana foi tratada como doente perigosa, sem entender absolutamente nada do que passava à sua volta ou por que estava ali”. Jaqueline Leite, FIZ - Chame.

Soluções

Se Ana tivesse passado por esse problema na Holanda, poderia ajudar a combatê-lo: servindo como testemunha num processo contra os traficantes. Para isso ganharia uma permissão temporária de residência no país, teria direito a benefícios do seguro social, moradia segura, assistência jurídica, médica e

psicológica. Esse programa de proteção a testemunha é pioneiro entre os 15 países da União Européia (UE) e existe desde 1988.

Inicialmente, somente as vítimas do tráfico podiam participar desse programa. Em 1993, ele foi estendido a quem estivesse disposto a testemunhar nos casos de tráfico. Para as ONGs holandesas, a iniciativa significa um avanço no combate ao tráfico de mulheres.

Tanto que o Parlamento Europeu estuda implementar o programa em todos os países membros da UE. A proposta surgiu na 1ª. Conferência da União Européia sobre Tráfico de Mulheres, em junho de 1996. O principal resultado desse encontro foi colocar a discussão do tráfico de mulheres na agenda política, nos níveis nacionais, europeus e internacionais. Dentro dessa questão há dois assuntos com os quais os países europeus estão sensíveis: a migração e os direitos humanos.

Outra proposta para o combate ao tráfico de mulheres é a criação de um tribunal internacional para julgar esses casos. Surgida nos EUA, a proposta se baseia nos acordos internacionais sobre o tráfico. Segundo o autor da proposta, o promotor Youngik Yoon, os acordos mundiais não têm muito efeito prático porque não existe um organismo que leve adiante as proibições. Um tribunal resolveria esse problema. Além disso, o promotor defende outra medida repressiva: a tomada das propriedades dos violadores e aplicação de penas severas sobre eles.

Enquanto isso, no país tropical...

Toda essa discussão parece distante demais da agenda política brasileira. Ao mesmo tempo que o Itamaraty afirma que esse é um assunto que desperta a sensibilidade e ocupa uma posição de relativo destaque junto às representações

brasileiras na Europa, admite não ter encomendado nenhum estudo sobre o assunto.

Pelo que está colocado, se não houver uma pressão dos países europeus, o assunto não entrará tão cedo em pauta no governo. Dificilmente a pressão surgirá a partir das mulheres envolvidas. Quem parte sempre imagina estar escancarando uma porta de possibilidades. Quem volta decepcionada com a experiência não vê sentido em denunciar os abusos pelos quais passou.

Quando às ONGs no Brasil, percebe-se claramente o seu limitado poder de fogo. Suas campanhas são, ao mesmo tempo, louváveis e restritas a um público muito pequeno. A falta de estrutura compatível com o problema que se propõem a enfrentar e a desarticulação entre as entidades são duas razões para que o trabalho fique apenas num nível local.

Até agora, em nenhuma discussão tocou num dos pontos que gera o problema: a distribuição da riqueza no mundo. Pelo contrário, a previsão é de que a política migratória dos países ricos seja a de fechar cada vez mais as portas para os migrantes pobres. Se isso ocorrer, os caminhos tendem a ser cada vez mais camuflados e controlados por grupos criminosos. Outro assunto a ser debatido é a relação desigual entre homens e mulheres. Enquanto não houver a distribuição de renda e continuar a desigualdade entre os sexos, o problema vai continuar. A solução, para algumas mulheres, ainda será a de embarcar no avião e torcer para que, do outro lado, no aeroporto, esteja alguém lhe esperando.

Itens de tráfico na Europa de longo dos ar



Millhões de Europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.

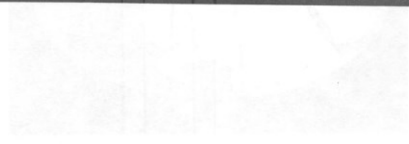


Millhões de europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.

Anexos



Millhões de europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.



Millhões de europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.

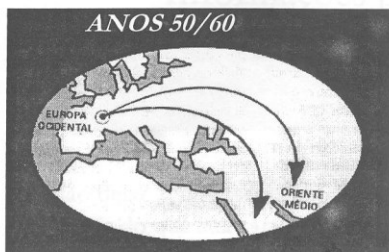


Millhões de europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.

Millhões de europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.

Millhões de europeus deslocaram-se para o oeste da Europa durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da fome e da guerra.

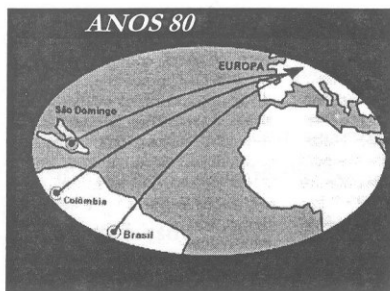
Rotas do tráfico na Europa ao longo dos anos



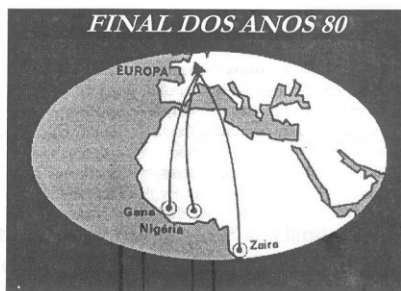
Mulheres da Europa ocidental, cansadas das penúrias do pós-guerra, são enganadas com promessas de trabalho no Oriente Médio. Passando pelo Chipre, chegam ao Líbano, Irã e Jordânia



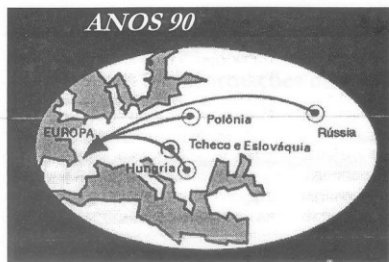
Europeus começam a importar mulheres da Ásia, especialmente da Tailândia e Filipinas. O mercado do Oriente Médio se fecha. A guerra do Líbano e o ressurgimento do fundamentalismo islâmico reduzem o fluxo de mulheres para a região.



Começa a onda latino-americana. As mulheres saem de São Domingo, Colômbia e Brasil em direção à própria América do Sul e Europa ocidental, passando pelo Chipre.



Começa a onda africana. Os principais fornecedores são Gana, Nigéria e Zaire. As rotas não passam mais pelo Chipre, que passou a vetar a entrada de latinas e africanas, com medo da Aids



A queda do Muro de Berlim serviu para encher os cabarés e as vitrines (na Bélgica e na Holanda as prostitutas se exibem em vitrines, como se fossem mercadorias de uma loja). Um dos maiores centros de comércio sexual é Budapeste, na Hungria. Tchecas e polonesas também invadem a Europa ocidental. As russas normalmente passam pela Polónia, antes de chegar à Europa.

Informações para quem vai partir

Se você for viajar para fora do país, casada com um estrangeiro ou a trabalho, tome os seguintes cuidados:

1. Não deixe seu passaporte com ninguém. Ele é a única prova de quem você é. Vale mais do que sua carteira de identidade no Brasil.
2. Antes de viajar, contate a embaixada do país para onde você vai. Procure saber se as pessoas que a estão contratando são legalizadas ou não. Saiba também qual é o seu tempo legal de permanência no país.
3. Informe à sua família e aos amigos os nomes e endereços das pessoas e dos lugares para onde você vai e com quem vai viajar.
4. Deixe com seus amigos e familiares uma foto recente, para que possam procurá-la em caso de desaparecimento.
5. Se tiver problemas com seu marido, entre em contato com uma organização de apoio à mulher e peça ajuda.
6. Se você estiver passando por algum tipo de problema (presa, clandestina, sofrendo maus tratos, abusos sexuais, sendo forçada a se prostituir), tente contatar alguma organização de apoio. Elas dão assistência, abrigo e indicam advogados.
7. Se possível, antes de viajar, procure aprender algumas expressões mais comuns na língua do país para onde você vai. Poderá ser útil numa hora de emergência.
8. No Brasil, as organizações de apoio têm outros endereços em diversos países, além de informações úteis para a sua viagem.

Fonte: Ceap - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Rio de Janeiro, 1995.

Endereços Úteis

Alemanha

BERLIM

Hydra

Rigaer Str.3
10247 Berlin
Telefone: 030 / 707-4723

BREMEN

Nitribitt

Stader Str.1
28105 Bremen
Telefone: 0421 / 44-8662

BRUCHSAL

IMBRADINA

Bergstr.4
7664 Bruchsal
Telefone: 72 / 51-8784

FREIBURG

Terre des Femmes

Habsburger Str.9
79104 Freiburg
Telefone: 0761 / 48-4911

KAISERS LAUTERN

Telefone: 0631 - 852-235

NUREMBERGUE

Kofiza

Harmoniestr. 16
90489 Nürnberg 20,
Telefone (DDI + 49): 0911 /
55-6125

BERLIM

Xochicuicatl

Elgendamm, 68 (Planta baja y
3er. Piso)
10179 Berlin
Telefone: 030 / 278-6329

BONN

Solwodi e V. Mainz

Telefone: 0228 - 10824

FRANKFURT

AGISRA

Kasseler Str. 1^A 6.000
60486 Frankfurt am Main
Telefone: 069 / 77-7755
Fax: 069 / 77-7757

HAMBURG

Amnesty for Women

Louise-Schroeder-Str. 31
22767 Hamburg
Telefone: 040 / 38-4753
Fax: 40 / 38-5758

MAINZ

Solwodi e V. Mainz

Postfach 3741 — 6500
Mainz — Germany
Mainz: 06131 - 67806

NUREMBERGUE

Kassandra

Ludwigstr. 63
90402 Nürnberg
Telefone (DDI + 49): 0911/
44-2889

BOCHUM

Madonna

Gußstahlstr.34
44793 Bochum
Telefone: 0234 / 68-5750

BOPPARD -

HIRZENACH:

Solwodi e V. Mainz
006741-2232

FRANKFURT

HWG

Karlsruher Str. 5
60329 Frankfurt am Mains
Telefone: 069 / 25-2742

HANNOVER

Phönix

Bergmannstr.3
300 Hannover
Telefone: 0511 / 14646

MUNIQUE

Kofiza

Lessingstr. 3
80336 München
Telefone:

STUTT GART

FIZ

Landhausstr. 62
70190 Stuttgart
Telefone (DDI + 49): 0711 /
26-1891

Áustria

LEFÖ

Kettenbrückenstr. 15/4
1050 - Wien (Viena)
Telefone: 1 / 58-11880
Fax: 1 / 58-11882

Bélgica

ANTUÉRPIA

SAGO

Lange Lozanastraat 14
2018 - Antwerpen
Telefone: 323 / 75-630

BRUXELAS

NCOS - Vrouwenwerking
Contato: Ilse Uyttenhove
Vlasfabriekstrat 11, 1060
Brussel
Telefone: 32 / 2 / 53.92.620

LIÈGE

Mouvement du Nid, ASBL
Contato: Geneviève
Delstache
40, Place Xavier Neujean
4000 Liège
Telefone: 041 / 23.67.02

Brasil

OLINDA E RECIFE

Coletivo Mulher Vida

Av. Ministro Marcos Freire,
4263
Casa Caiada - Olinda — PE
Telefones:
(081)432-4970
(081)439-1848

RIO DE JANEIRO

Ceap - Centro de
Articulação de
Populações
Marginalizadas
Rua da Lapa, 200 gr.809
20021-180 - Rio de Janeiro -
RJ
Telefone: (021) 224-6771
Fax: (021)224-6887

SALVADOR

Chame - Centro

Humanitário de Apoio à Mulher

Estrada de São Lázaro, 157 -
Federação
Salvador - Ba
Telefone: (071) 235-9474

Dinamarca

COPENHAGUE

Kulu Women and Development

Landgreven 7, 3; DK 1301
København
Telefone: 09 - 5 - 33157870

HUMLEBACK

W.A.I.F.

Strandhojsvej 12
3050 Humleback

Escócia

Panafrican Women

209 High Street, Linlithgow
EH49 7EN Scotland
Telephone: 041 / 227-6023

Espanha

Comision de Investigacion Malos

Tratos a Mujeres

Almagro 28 (Casa de la Mujer)
28010 — Madrid

IEPALA

Hermano Garcia Noblejas
28037 — Madrid
Telephone: 1 / 408-4314
Fax: 1 / 408-7047

Estados Unidos

Coalition Against Trafficking of Women

Calder Square
P.O.Box 10077
State College - Pensilvania
P.A. 16805-0077 U.S.A.

Grécia

Kasapi

P.O. Box 4035, Athens 10210
Telefones:
30 / 1 / 36-14-921
30 / 1 / 92-18-587

França

Movimento "Bus des Femines"

6, Résidence la Renardiére
77680 Roissy en Brie
Telephone: 45085660

Union Contre Le Trafic Des Etres Humains

92, Boulevard de Port-Royal
75005 - Paris
Telephone: 43.29.96.10

Holanda

AMSTERDÃ

Centro Social "Mama
Tingo"
Geldersekade 43 HS, 1011
ET Amsterdã
Telefone: 020 / 620-5820

BENNEBROECK

Com. Contra o Tráfico de
Mulheres
B.P. 104
2120 AC Bennebroeck
Telefone: 02502-45647

UTRECHT

STV (Fundação Contra o
Tráfico de Mulheres)
Bemuurde Weerd Z. 31
3500 Utrecht
Telefone: 030 / 271-6044
Fax: 030 / 271-6084

Itália

Associação de Mulheres
Brasileiras na Itália
Via D. Silveiri 11
00165 Roma
Telefax: 6 / 638-0263

ACLA

Via Milazzo
00185 Roma
Telefones: 06 / 446-4291 e
06 / 446-4292

Casa da Mulher Filipina

c/ o SID; Palazzo Civilla del Lavoro
00144 EUR Roma
Telefones: 06 / 591-7897,
06 / 591-3448 e 06 / 592-5506

Grupo Abele (Association de Benevolat)

Contato: Mirta Da Pra Pochiesa
Via Giolitti, 21 10123 Torino
Tel.: 011 / 83.95.444

Noruega

Camila Crisicentre

Contato: Rachel Paul
P.Boks 4649, Sofienberg
0506 — Oslo — 5
Telefone: 02 / 545357

Polônia

Polish Feminist Association (PSF)

Contato: Beata Fiszer
UL Zwirki, Wigury 51/70
Warszawa
Telefone: 48 / 22 / 225196

Portugal

Associação das Mulheres Socialistas (MAS)
Rua José Ferrão Castelo Branco, 42
Paço de Arcos, 2870
Telefones: 1 / 759.6425 e 1 / 443.2411

O Ninho
Rua Actor Tabarda, 30
Lisboa

República Dominicana

Núcleo de Mujeres de La Escuela E.T.C. INC.
Navarrete
República Dominicana
Telephone: 585-5539
Fax: 585-5847

Suíça

BERNA
Fribourg — University
Tiefnaustr. 121 3004 Bern
Telephone: 031 / 245-091

ZURIQUE
FIZ - Frauen-Informationszentrum
Dritte Welt
Quellenstrasse, 25
8005 Zürich
Telephone: 01 / 271-8282

Fontes: Ceap (RJ), Chame (BA) e Coletivo Mulher Vida (PE).

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ÂNGELO, Assis, ... et al.: A Prostituição em Debate - Depoimentos, Análises, Procura de Soluções. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982
- ARBEX JR., José; Tognolli, Claudio Julio: O Século do Crime. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996
- McLEOD, Eileen: Women Working: Prostitution Now. London: Croom Helm Ltd. ed., 1982
- MURPHY, Emmet: História dos Grandes Bordéis do Mundo. Porto Alegre: Artes e Ofícios ed., 1994
- PRESTRELLO, Cecy; Dias, Sandra: Sexo Turismo: O que a gente não faz para realizar um sonho. Olinda: Coletivo Mulher Vida, 1996
- RIBEIRO, Darcy: O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras ed., 1995
- SILVA, Hélio R. S.: Travesti - A invenção do Feminino. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará : ISER, 1993
- TREVISAN, João Silvério: Ana em Veneza. São Paulo: Círculo do Livro, ed., 1994

Periódicos:

- DIÁRIO CATARINENSE
“Chinês preso por tráfico de mulheres”, 18/09/1997
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo
“Brasil é o 2º. em prostituição infantil”, 19/06/1993
“Brasil exporta ‘esposas dóceis’ para Europa”, 27/02/1994,
“Prostituição atinge 500 mil menores, diz documento”, 15/03/1995
- O GLOBO
“Bordéis da Alemanha prostituem brasileiras”, 05/10/1991,
- ISTOÉ, São Paulo
“Sindisexo”, n.º 1286, 25/5/1994, 38-42
“Sonhos de verão”, n.º 1320, 18/1/1995, 38-44
“Prostitutas made in Brazil”, n.º 1392, 5/6/1996, 108-113.
“Combate à pedofilia”, n.º 1423, 8/1/1997, 27
“Ser erótico”, n.º 1440, 7/5/1997, 144-150
- MARIE CLAIRE, São Paulo
“Aberta a temporada do turismo sexual”, n.º 58, 01/1996, 32-38
- REVISTA DE CRIMINOLOGIA, São Paulo.

- “O Tráfico de Mulheres”, ano 1, 1954, n.º 1, 77-92
- TIME, Nova York
“The Skin Trade”, 21/06/1996, 10-21
- TRAVESSIA, São Paulo
“Ser Brasileiro em Londres”, setembro/dezembro/1995, 35-38
“As migrações de trabalhadores e os processos de integração”, maio-agosto/1996, 43-50

Documentos

- CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas: “Tráfico de Mulheres é Crime! Um Sonho, Um Passaporte, Um Pesadelo”, Rio de Janeiro, 1995
- VLEUTEN, Nelleke van der; ... et al: Jornada de la Conferencia Europea sobre la Trata de Mujeres. Los Verdes en el Parlamento Europeo en colaboracion com la Fundação Contra la Trata de Mujeres (STV). Mimeo, 1991

Internet:

- CARCHEDI, Francesco;... et al.: Trafficking And Prostitution: Aspects of trafficking and sexual exploitation of immigrant women - Research and analysis of the Italian situation [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://relay.isinet.iunet.it/PdD/num9/inglese/inglese_ToC.htm. Arquivo capturado em 25 de agosto de 1997.
- IOM - International Organization for Migration: Trafficking in Women to Austria for Sexual Exploitation [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.iom.ch/doc/MIP_Austria.htm. Arquivo capturado em 24 de setembro de 1997.
- IOM - International Organization for Migration: Trafficking in Women From the Dominican Republic for Sexual Exploitation [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.iom.ch/doc/MIP_Dominica.htm. Arquivo capturado em 24 de setembro de 1997.
- IOM - International Organization for Migration: Trafficking and Prostitution: The Growing Exploitation of Migrant Women from Central and Eastern Europe [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.iom.ch/doc/MIP_TRAFWMN.htm. Arquivo capturado em 24 de setembro de 1997.
- LADIKA, Susan: Organized Crime Profits From Trafficking in Women, EU Vows Action [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://sddt.com/files/librarywire/96wireheadlines/06_96/DN96_06_11/DN96_06_11_1n.html. Arquivo capturado em 25 de agosto de 1997.

- LEIGH, Carol. Editorial: Review of Radio Broadcast on Global Trafficking of Women [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bayswan.org/Editorial.html>. Arquivo capturado em 3 de setembro de 1997.
- LEIGH, Carol. Trafficking and The Distinction Between Forced and Voluntary Prostitution. [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bayswan.org/Distinct.html>. Arquivo capturado em 3 de setembro de 1997.
- MIRKINSON, Judith. Red Light, Green Light: The Global Trafficking Of Women [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bayswan.org/women.html>. Arquivo capturado em 24 de setembro de 1997.
- NOTRAF: Background Study on Basic Principles for a Code of Conduct within the Member States of the European Union to Prevent and Combat Traffic in Women [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.pi.net/~notraf.html>. Arquivo capturado em 29 de outubro de 1997.
- PERKINKS, Roberta. Alleged Trafficking of Asian Sex Workers in Australia [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.bayswan.org/Austraf.html>. Arquivo capturado em 3 de setembro de 1997.
- WOMEN'S Human Rights Database Group: Diana - Women's Human Rights Resources [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.law-lib.utoronto.ca/diana/docs.htm>. Arquivo capturado em 26 de agosto de 1997.
- YOON, Youngik. International Sexual Slavery [online]. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://law.touro.edu/AboutTLC/journals/internationallawrev/vol6/part7.html>. Arquivo capturado em 24 de setembro de 1997.